

DECOMTEC

Departamento de Competitividade e Tecnologia

**“CUSTO BRASIL” E TAXA DE CÂMBIO NA
COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DE
TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA**

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

PRESIDENTE

Paulo Skaf

Departamento de Competitividade e Tecnologia – DECOMTEC

DIRETOR TITULAR

José Ricardo Roriz Coelho

DIRETOR TITULAR ADJUNTO

Pierangelo Rossetti

DIRETORES:

Almir Daier Abdalla

Cassio Jordão Motta Vecchiatti

Cláudio Grineberg

Cláudio Sidnei Moura

Cristiano Veneri Freitas Miano

(Representante do CJE)

Denis Perez Martins

Eduardo Berkovitz Ferreira

Eduardo Camillo Pachikoski

Elias Miguel Haddad

Fernando Bueno

Francisco Florindo Sanz Esteban

Jorge Eduardo Suplicy Funaro

Luiz Carlos Tripodo

Manoel Canosa Miguez

Marcelo José Medela

Marco Aurélio Militelli

Mario William Esper

Mauricio Marcondes Dias de Almeida

Olívio Manuel de Souza Ávila

Rafael Cervone Netto

Robert Willian Velásquez Salvador

(Representante do CJE)

Ronaldo da Rocha

Tarsis Amoroso

Walter Bartels

Departamento de Competitividade e Tecnologia **EQUIPE TÉCNICA**

GERENTE

Renato Corona Fernandes

EQUIPE TÉCNICA

Adriano Giacomini Moraes

Albino Fernando Colantuono

André Kalup Vasconcelos

Bento Antunes de Andrade Maia

Célia Regina Murad

Daniele Nogueira Milani

Debora Belucci Modolo Cintra

Egídio Zardo Junior

Erica Marques Mendonça

Fernando Momesso Pelai

Juliana de Souza

Paulo Cesar Morceiro

Paulo Sergio Pereira da Rocha

Silas Lozano Paz

ESTAGIÁRIOS

Caio de Oliveira Callegari

Luís Menon José

APOIO

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores

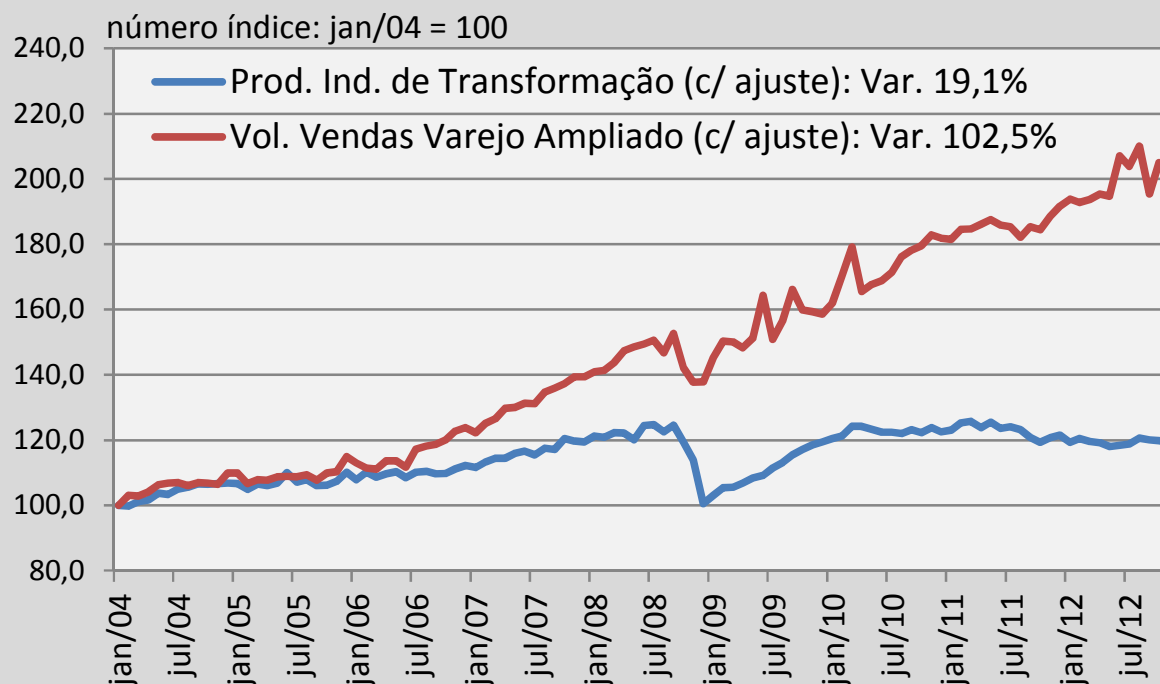
- **Em 2012 o PIB do Brasil cresceu somente 0,9%**, muito pouco em comparação com o PIB mundial (crescimento de 3,2%) e da América Latina (3,0%), e, principalmente, ante as economias em desenvolvimento, que cresceram 5,1%, diversos dos quais são analisados no presente estudo.
- Um dos determinantes do baixo crescimento econômico brasileiro tem sido a **estagnação da indústria de transformação**, culminando com a retração de 2,5% do PIB do setor em 2012. Por outro lado, a expansão do consumo interno vem sendo atendida, predominantemente, por aumento das importações.
- O estudo comprova que **um bem manufaturado nacional é, em média, 34,2% mais caro** que similar **importado** dos principais parceiros comerciais, **já contando com as alíquotas de importação** vigentes, **unicamente em função do Custo Brasil**, isto é, deficiências no ambiente de negócios do país, **e devido a valorização do real** em relação ao dólar.
- De fato, esse diferencial de preços deve ser o cerne de qualquer **diagnóstico das causas do baixo nível de investimentos, pífio nível de atividade inovativa e reduzido crescimento econômico** do Brasil. Mais do que isso, os resultados evidenciam que **a retomada da competitividade brasileira pressupõe a adoção de políticas de Estado** dirigidas a eliminação ou redução expressiva do Custo Brasil e da valorização do real.
- Parte das políticas requeridas para redução do Custo Brasil somente terão resultados no longo prazo. Portanto, há **necessidade de políticas públicas emergenciais estruturantes e permanentes**, que proporcionem um ambiente de negócios com previsibilidade a longo prazo, e com **condições isonômicas de competição** para o setor produtivo doméstico ante a produção estrangeira.

Sumário Executivo

A produção industrial brasileira não tem acompanhado o rápido crescimento do consumo interno. Em 2012, enquanto o PIB da **indústria de transformação recuou 2,5%**, o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 8,4% (até nov/12).

O fraco desempenho da indústria de transformação brasileira pode ser atribuído fundamentalmente ao **Custo Brasil** e à **valorização do real**.

Evolução da Produção Física da Ind. de Transformação e do Volume de Vendas no Comércio Varejista – jan/04 – nov/12



Participação dos importados no crescimento do consumo de bens industriais:
2008 e 2010 = 40%
2011 = 100%
Fonte: Banco Central do Brasil (Relatório de inflação: junho/2012)

O objetivo do presente trabalho, com base em 2012, **é quantificar o diferencial de preços**, no mercado brasileiro, de produtos da indústria de transformação **nacional ante importados**, decorrente de:

- Custo Brasil;
- Valorização do real.

- Resultado do estudo: o Custo Brasil associado à valorização do real encarece os **produtos da indústria brasileira**, conforme demonstrado a seguir:
 - **34,2%** em relação aos **Parceiros**¹;
 - **30,8%** em relação aos **Desenvolvidos**²;
 - **38,0%** em relação aos **Emergentes**³;
 - **34,7%** em relação à **China**.

- Importante ressaltar que os resultados apontados refletem a média do Custo Brasil da indústria de transformação, podendo ter distinções entre produtos do setor.

Considerou-se os quinze países que respondem por 76% da pauta de importação brasileira de bens industrializados em 2012.

1. Alemanha; Argentina; Canadá; Chile; China; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Índia; Itália; Japão; México; Reino Unido e Suíça.

2. Alemanha; Canadá; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Itália; Japão; Reino Unido e Suíça.

3. Argentina; Chile; China; Índia e México.

Obs.: Cálculo dos tributos indiretos no preço do produto nacional considerando a venda da mercadoria para uso e consumo do destinatário ou para integrar ao ativo e sistema não-cumulativo de PIS/Pasep e Cofins.

Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado

Parceiros = 34,2%



Desenvolvidos = 30,8%



Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado

Emergentes = 38,0%



Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado

China = 34,7%



1. Custo Brasil

- O “Custo Brasil” tem sido recorrentemente apontado como a **principal causa da perda de competitividade da economia**, e sobretudo, da perda de competitividade da indústria de transformação.
- Refere-se a custos vigentes na economia brasileira decorrentes de deficiências em diversos fatores relevantes para a competitividade, que são menos expressivos quando se analisa o ambiente de negócios em outras economias.
- **O Custo Brasil independe de estratégias das empresas**, pois decorre de deficiências em fatores sistêmicos, as quais **somente podem ser dirimidas com políticas de Estado**.

Cálculo do Custo Brasil

- Partindo-se de critérios acerca da relevância para a competitividade e do potencial de melhoria por políticas públicas, foram considerados seis grupos de fatores do ambiente de negócios (fatores sistêmicos):
 - Tributação (carga e burocracia);
 - Custo de capital de giro;
 - Custos de energia e matérias primas;
 - Custo da infraestrutura logística;
 - Custos extras de serviços a funcionários;
 - Custos de serviços *non tradables*.

- Não estão incluídos no cálculo do Custo Brasil:
 - Custo de mão de obra;
 - Outras ineficiências sistêmicas.

2. Valorização do real

- A trajetória do desenvolvimento das principais economias do mundo indica que a taxa de câmbio valorizada não é benéfica ao crescimento de longo prazo, sobretudo pela limitação que impõe à atividade industrial.
- Dentre as razões pelas quais uma taxa de câmbio valorizada afeta negativamente o crescimento industrial, e, conseqüentemente, da economia, pode-se destacar:
 - A valorização cambial provoca redução do preço de produtos importados;
 - Tal redução é mais significativa que a ocorrida no custo de produção da indústria doméstica (uma vez que a maior parte da sua estrutura de custos não reage a variações da taxa de câmbio);
 - Isso prejudica a competitividade do setor, desestimulando o investimento produtivo no mercado interno;
 - A produção industrial é afetada, e, por extensão, o crescimento da atividade, do emprego e da renda na economia como um todo.
- Dentre diversos indicadores de desvio de taxa de câmbio existentes, o Índice Big Mac¹ aponta que o real é uma moeda valorizada vis-à-vis o dólar, ao passo que as moedas da maior parte dos parceiros se encontram desvalorizadas ante a moeda norte-americana.

¹ O Índice Big Mac é calculado pela revista The Economist.

- É importante ressaltar que, neste estudo, considerou-se apenas a valorização do real ante o dólar, uma vez que o nível das demais taxas de câmbio vis-à-vis ao dólar não é determinável pelo ambiente e política econômica brasileiros.
- Segundo o índice Big Mac¹ de julho/2012, o **real encontrava-se valorizado em 14%** em relação ao dólar, que foi o percentual utilizado para ajuste do câmbio no estudo. **O estudo do Observatório do Câmbio da FGV-EAESP mostrava um “desalinhamento cambial” de 15% em julho de 2012.**
- O índice Big Mac divulgado em janeiro de 2013 indica uma valorização de 29% no real ante o dólar. Caso fosse considerado esse valor, o diferencial de preços seria ainda mais significativo.

¹ O Índice Big Mac é calculado pela revista The Economist.

- Para quantificação do diferencial de preço no mercado interno do produto da indústria de transformação nacional e do importado, ainda foram adicionados:
 - Produto nacional: ICMS, IPI, PIS e Cofins;
 - Produto importado: imposto de importação, ICMS, IPI, PIS e Cofins e frete e seguros

Imposto de importação:

- Dentre os dados que subsidiaram a análise do custo de internação de produtos estrangeiros, deve ser ressaltado que, **diferentemente do senso comum, a alíquota efetiva de importação brasileira é bastante baixa em relação ao máximo de 35% acordado com a Organização Mundial do Comércio:**
 - **9,8%** para países **Parceiros**¹;
 - **10,3%** para **Desenvolvidos**²;
 - **9,2%** para **Emergentes**³;
 - **14,7%** para a **China**.

Considerou-se os quinze países que respondem por 76% da pauta de importação brasileira de bens industrializados em 2012.

1 Alemanha; Argentina; Canadá; Chile; China; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Índia; Itália; Japão; México; Reino Unido e Suíça.

2 Alemanha; Canadá; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Itália; Japão; Reino Unido e Suíça.

3 Argentina; Chile; China; Índia e México.

Aspectos não considerados

- A análise não contempla diversos elementos que favorecem, de forma espúria e não isonômica com o produto nacional, a redução dos preços de produtos importados no mercado interno, notadamente:
 - Subsídios e outras medidas de incentivo à produção e à exportação dos países de origem;
 - Desvio da taxa de câmbio dos países de origem das importações (por exemplo, o câmbio da China é desvalorizado em 43% e o do México, em 38%, segundo o índice Big Mac-jul/2012);
 - Incentivos ilegais concedidos por estados brasileiros, redutores da tributação para importados (Guerra dos Portos).

- O trabalho apresenta quantificação do diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante importados, decorrente do Custo Brasil e da valorização do real.
- Os resultados indicam que **o Custo Brasil é bastante significativo** na determinação do preço dos produtos industriais, constituindo-se no principal fator determinante da perda de competitividade da indústria de transformação.
- Além do Custo Brasil, **a valorização do real** contribui para esse quadro de perda de competitividade.
- As alíquotas do imposto de importação **são insuficientes** para eliminar a desvantagem competitiva da indústria de transformação brasileira decorrente dos dois fatores em questão.
- O **Custo Brasil** e a **valorização cambial** explicam o **fraco desempenho da indústria de transformação**, repercutindo em baixo nível de investimento e crescimento do PIB, muito aquém do necessário para o desenvolvimento da nação.
- Tanto a eliminação do Custo Brasil como a desvalorização cambial são **condições fundamentais** e não excludentes para a **retomada da competitividade** da indústria de transformação brasileira.
- A análise comprova que as deficiências do ambiente de negócios não podem ser compensadas por melhorias nas estratégias empresariais.
- A eliminação ou redução do Custo Brasil **pressupõe políticas de Estado**

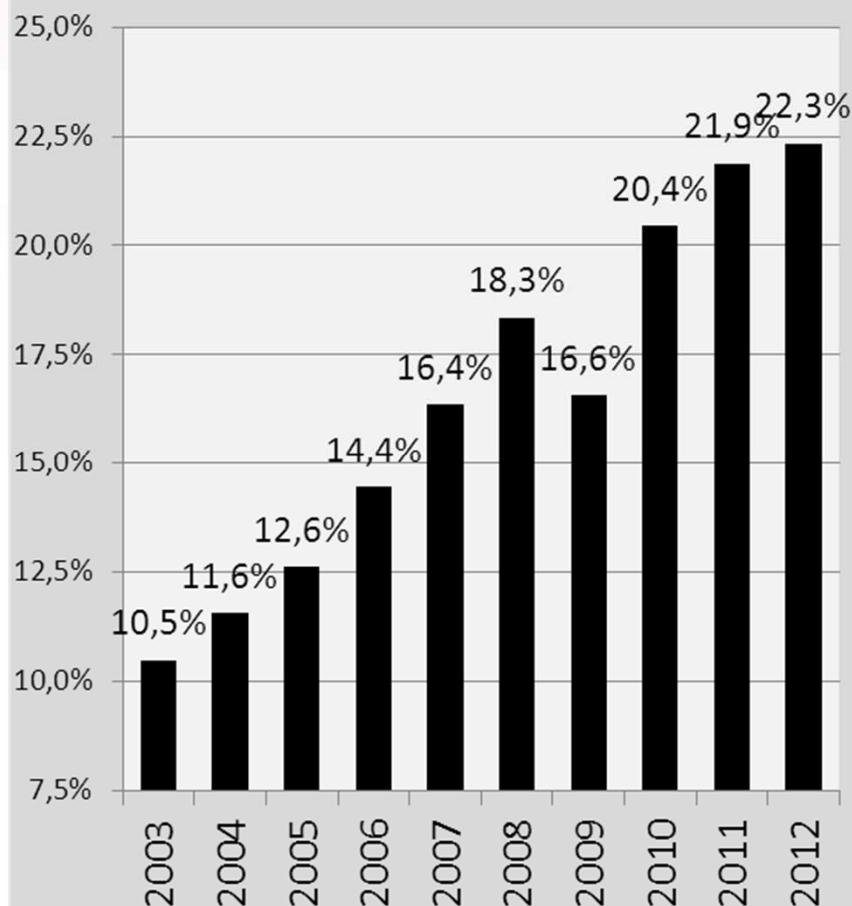
- 1 Contexto economia brasileira e indústria
- 2 Objetivo
- 3 Premissas Metodológicas
- 4 Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
- 5 Taxa de Câmbio
- 6 Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado
- 7 Considerações finais
- 8 Anexo metodológico

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	Taxa de Câmbio
6	Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado
7	Considerações finais
8	Anexo metodológico

Contexto economia brasileira e indústria

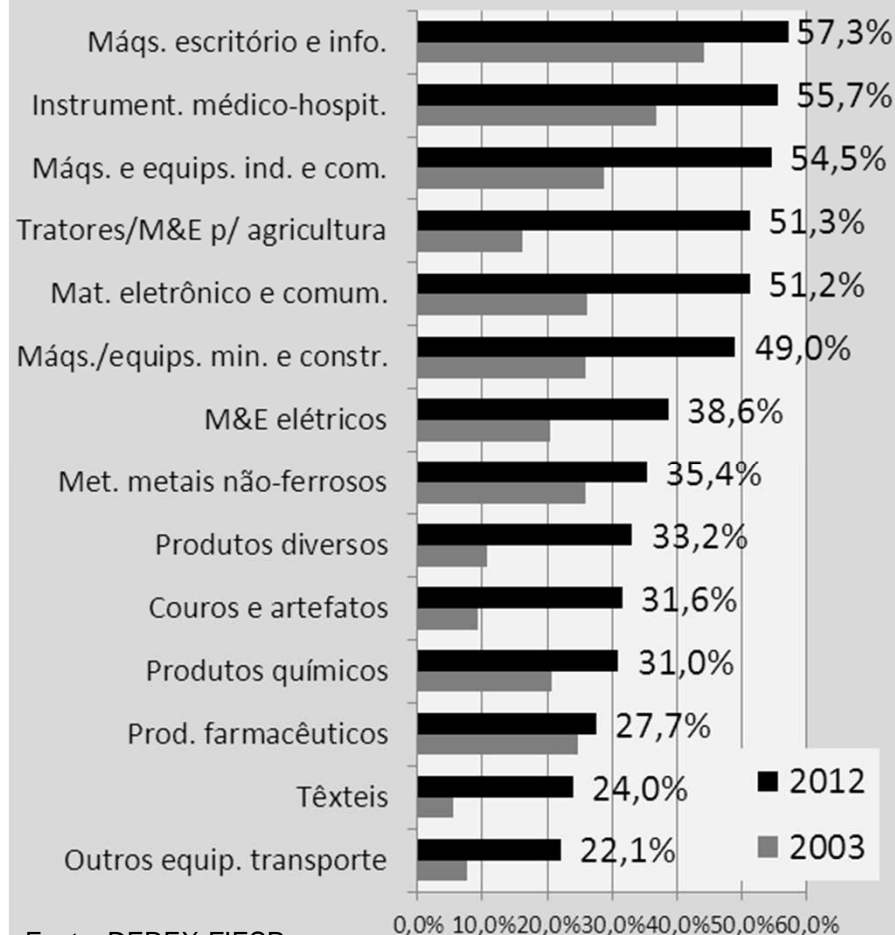
Nos últimos anos, o **crescimento do coeficiente de importações** tem sido rápido, **afetando a grande maioria dos setores industriais.**

Coeficiente de penetração das importações na ind. de transformação, 2003-2012 (%)



Fonte: DEREX-FIESP.

Coeficiente de penetração das importações na ind. transf. por setores selecionados, 2003-2012 (%)

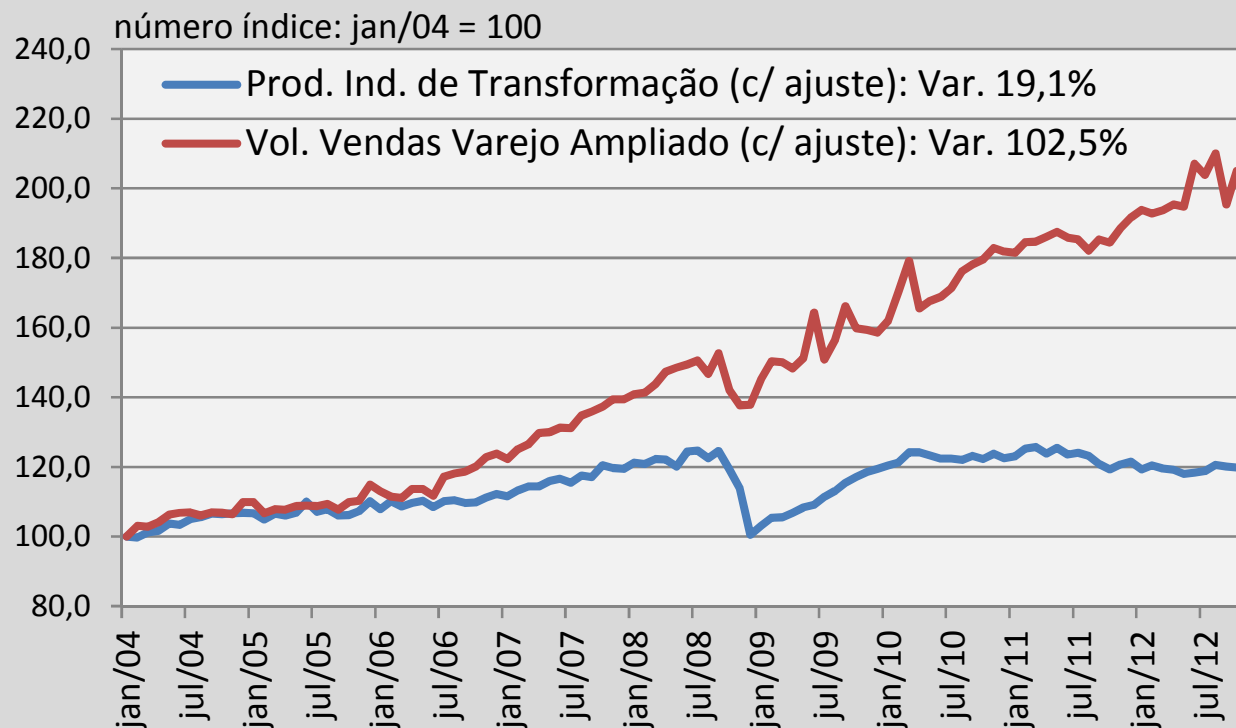


Fonte: DEREX-FIESP.

Contexto economia brasileira e indústria

Em que pese o rápido crescimento do consumo interno, esse processo de aumento das importações tem sido responsável pela estagnação da produção industrial.

Evolução da Produção Física da Ind. de Transformação e do Volume de Vendas no Comércio Varejista (jan/04 – nov/12)



Participação dos importados no crescimento do consumo de bens industriais:

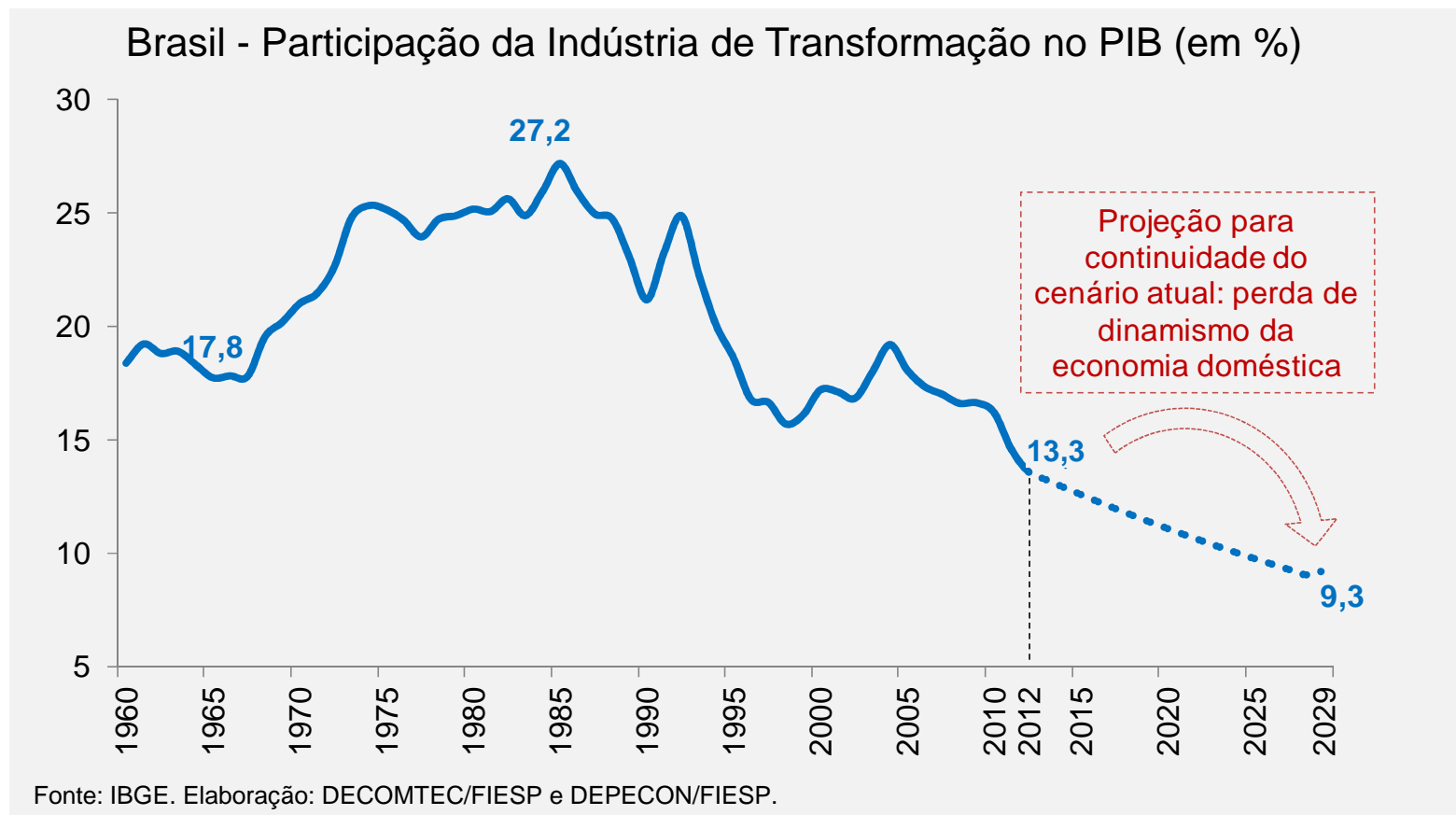
2008 e 2010 = 40%

2011 = 100%

Fonte: Banco Central do Brasil (Relatório de inflação: junho/2012)

Contexto economia brasileira e indústria

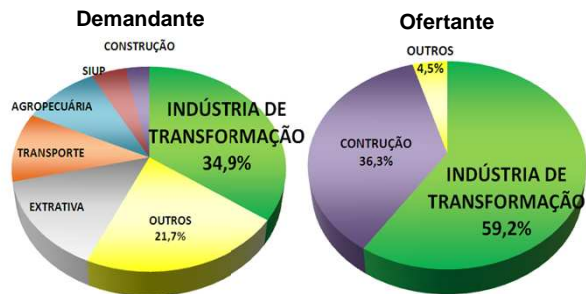
- Diante disso, a participação da Indústria de Transformação no PIB regrediu a 13,3% em 2012, o menor patamar dos últimos 50 anos.
- Nesse padrão, essa participação poderá se reduzir ainda mais, atingindo 9,3% sobre o PIB em 2029, conforme estimativa realizada.



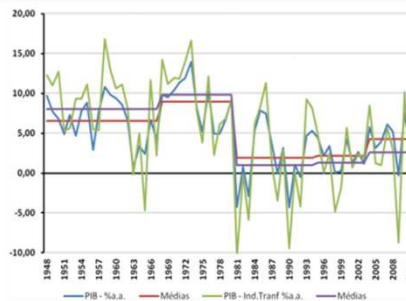
Contexto economia brasileira e indústria

Ao comprometer o crescimento da indústria, o Brasil afeta o componente com maior efeito propulsor da expansão de sua economia

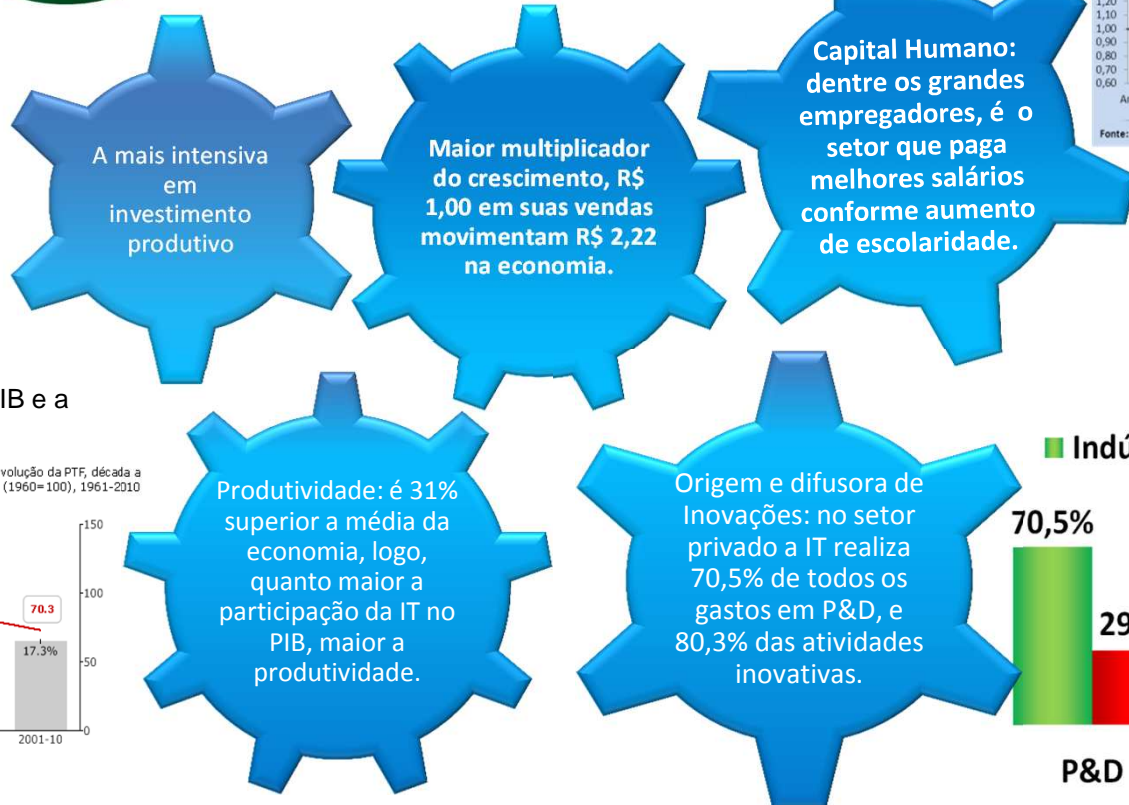
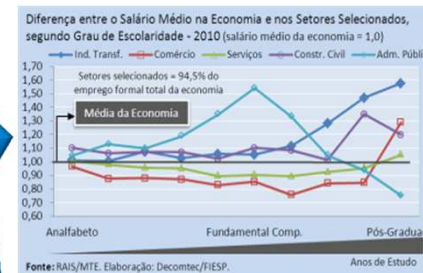
Investimento produtivo



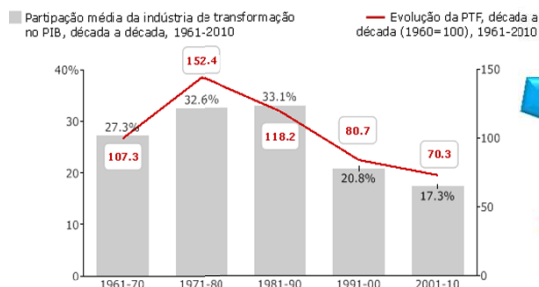
Não inclui setores institucionais



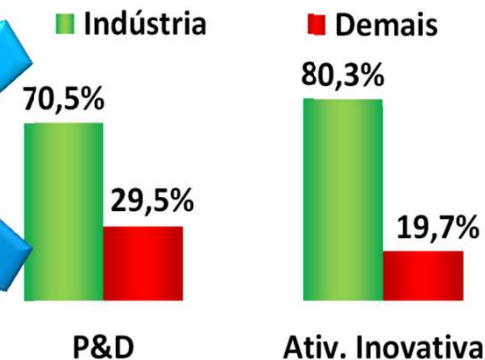
Os anos de melhor desempenho econômico do país foram aqueles em que a IT obteve maior crescimento.



Relação entre a participação da indústria de transformação no PIB e a evolução da PTF



Fonte: IBGE, equipe FEA-RP/USP



Fonte: IBGE. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

- | | |
|----------|--|
| 1 | Contexto economia brasileira e indústria |
| 2 | Objetivo |
| 3 | Premissas Metodológicas |
| 4 | Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios |
| 5 | Taxa de Câmbio |
| 6 | Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado |
| 7 | Considerações finais |
| 8 | Anexo metodológico |

O objetivo do presente trabalho, com base em 2012, **é quantificar o diferencial de preços**, no mercado brasileiro, de produtos da indústria de transformação **nacional ante importados**, decorrente de:

- Custo Brasil;
- Valorização do real.

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	Taxa de Câmbio
6	Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado
7	Considerações finais
8	Anexo metodológico

O “Custo Brasil” é um termo recorrentemente apontado como a **principal causa da perda de competitividade da economia**, e sobretudo, da perda de competitividade da indústria de transformação.

Apesar da importância atribuída ao Custo Brasil, trata-se de conceito pouco compreendido.

O que significa “Custo Brasil”?

- São custos vigentes na economia brasileira **decorrentes de deficiências em diversos fatores relevantes para a competitividade**, que são menos expressivos quando se analisa o ambiente de negócios em outras economias.
- **O Custo Brasil independe de estratégias das empresas**, pois se deve a deficiências em fatores sistêmicos, as quais **somente podem ser dirimidas com políticas de Estado**.

Premissas Metodológicas

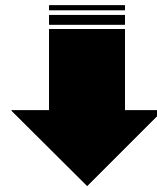
- Consideram-se seis grupos de fatores do ambiente de negócios (fatores sistêmicos), além da valorização do real.

Custo Brasil – grupos de fatores¹ do ambiente de negócios:



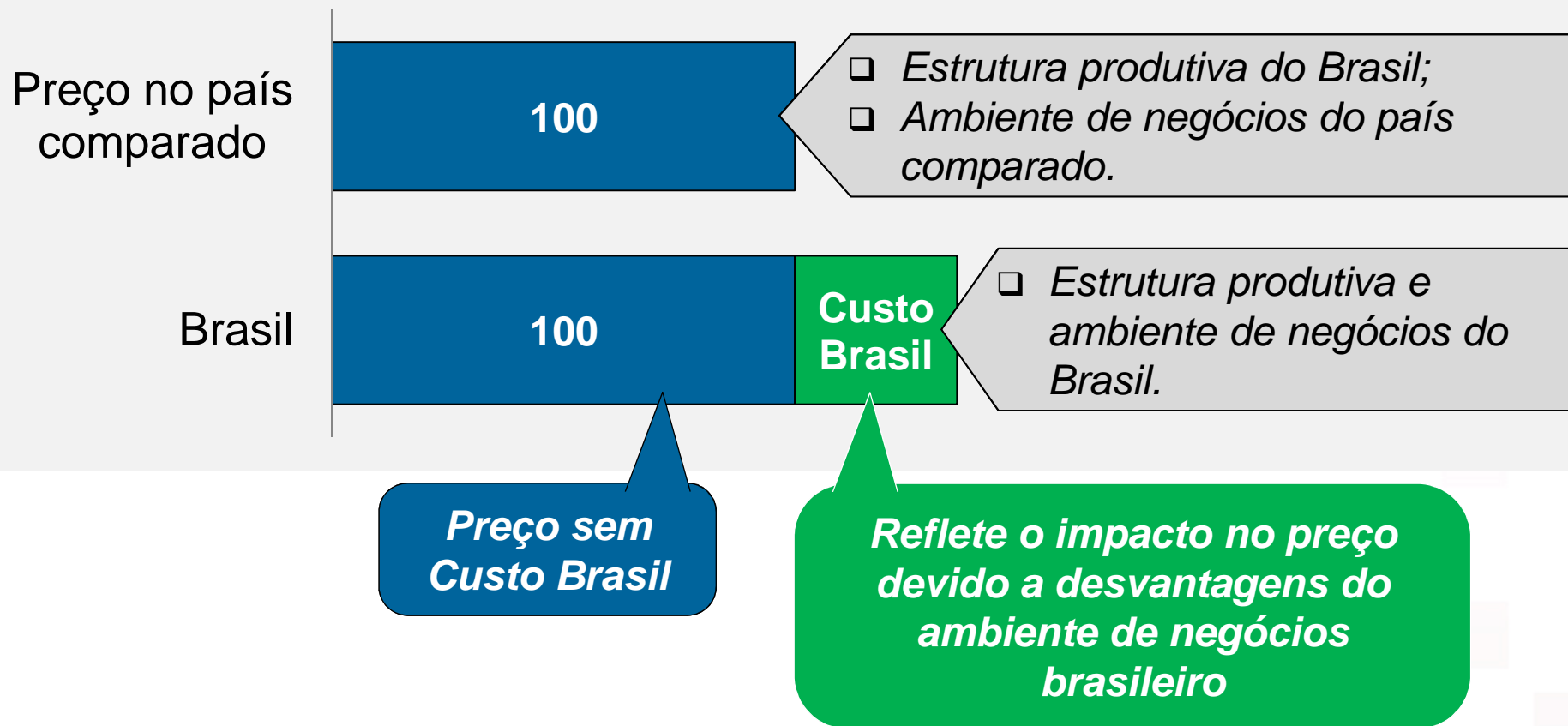
- (1) Critérios de escolha do Custo Brasil:
- Relevância para a competitividade;
 - Potencial de melhoria por políticas públicas.

- A estrutura de produção é considerada dada, refletindo a da indústria de transformação brasileira (e, portanto, aspectos como sua intensidade de uso de fatores, ciclos financeiro, operacional, etc.).
- (A) Estima-se o preço do produto, considerando o ambiente de negócios brasileiro.
- (B) Estima-se o preço do produto supondo ambiente de negócios equivalente ao dos países cuja produção da indústria de transformação compete com a brasileira. Esse preço é estabelecido como base = 100.



$$\text{Custo Brasil} = A - B$$

▪ Cálculo do Custo Brasil



- **Atualização:** referente a 2012.

- **Referências:**

Principais países cuja produção compete com a brasileira - ponderação pela participação na pauta de importação de bens industrializados*:

- **Parceiros:** principais países¹ na pauta de importação de industrializados, correspondendo a 76% do valor total de importação em 2012;
- **Desenvolvidos:** países desenvolvidos² dentre os quinze parceiros;
- **Emergentes:** países emergentes³ dentre os quinze parceiros;
- **China:** principal país na pauta de importação de industrializados.

* Fonte: SECEX para bens semimanufaturados e manufaturados.

(1) Alemanha; Argentina; Canadá; Chile; China; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Índia; Itália; Japão; México; Reino Unido e Suíça.

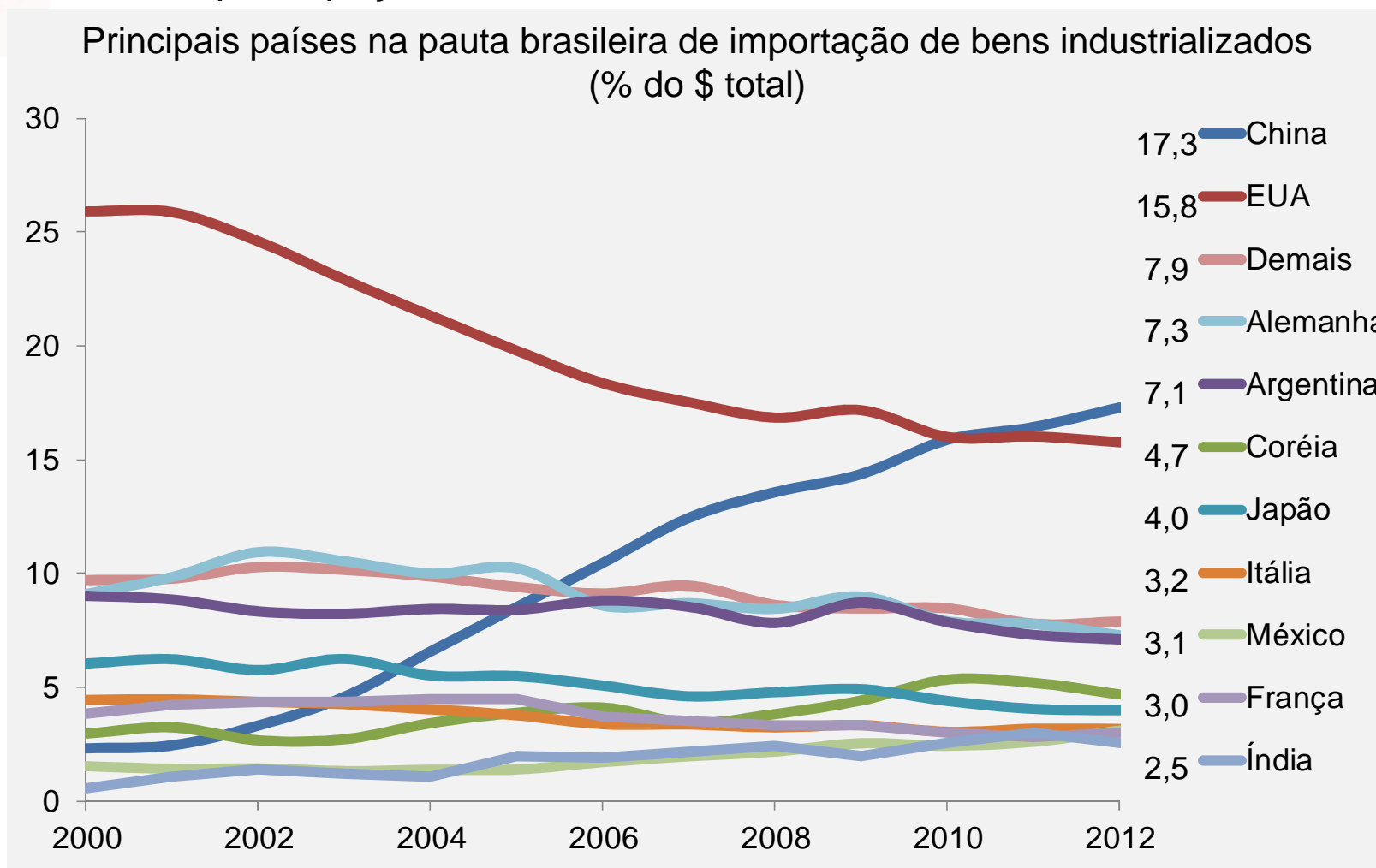
(2) Alemanha; Canadá; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Itália; Japão; Reino Unido e Suíça.

(3) Argentina; Chile; China; Índia e México.

Premissas Metodológicas

Participação dos países na pauta de importação de industrializados brasileira

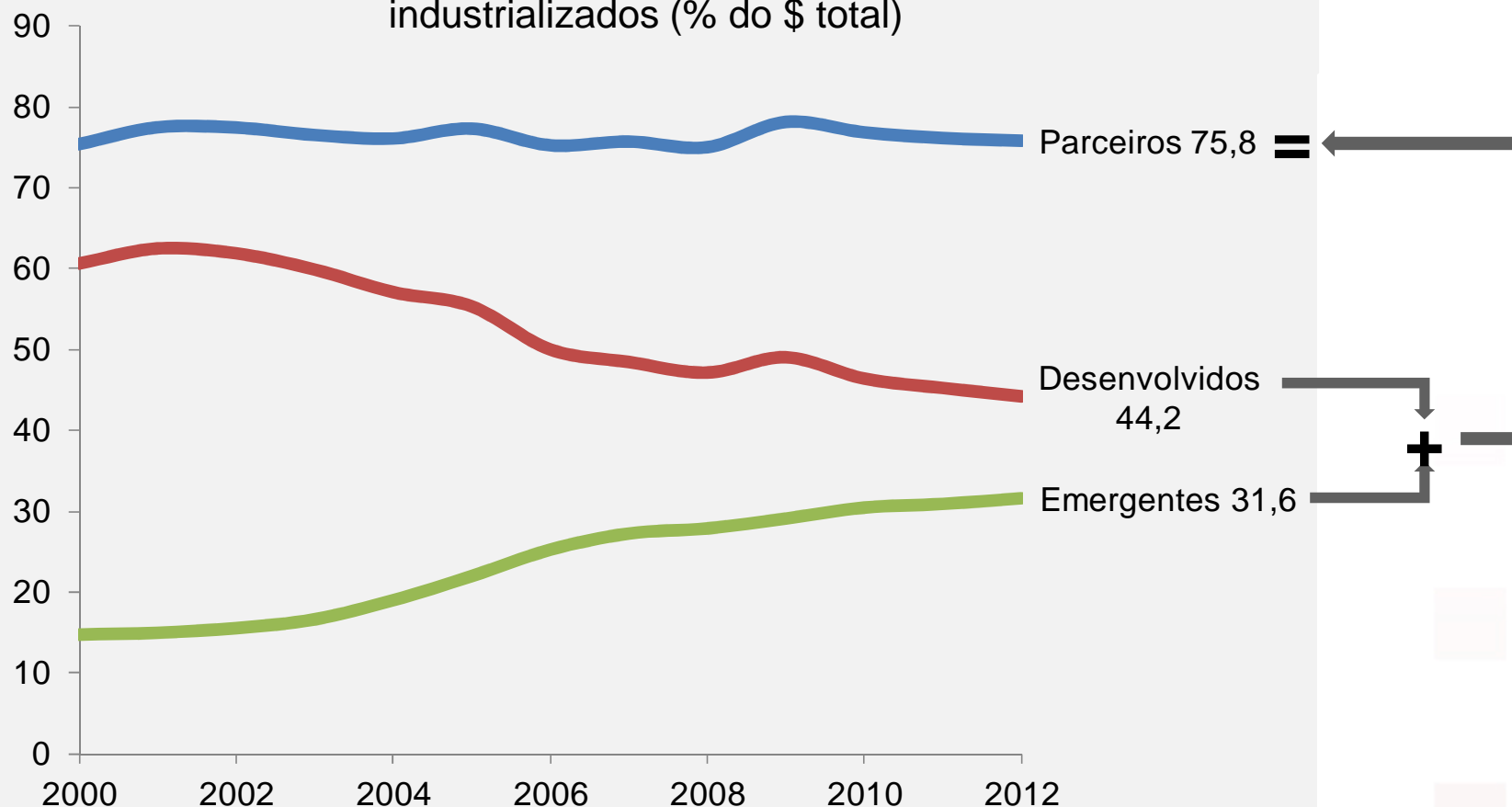
- Na última década o fenômeno mais relevante foi o crescimento da China, em detrimento da participação dos EUA



Fonte: SECEX. Elaboração: DECOMTEC/FIESP; OBS: demais países = Canadá, Chile, Espanha, Reino Unido e Suíça.

- Do total da pauta de importação de industrializados brasileira, os países analisados respondem cerca de 76%.
- Esses países foram divididos em dois grupos: Desenvolvidos e Emergentes.

Grupos de países analisados na pauta brasileira de importação de bens industrializados (% do \$ total)



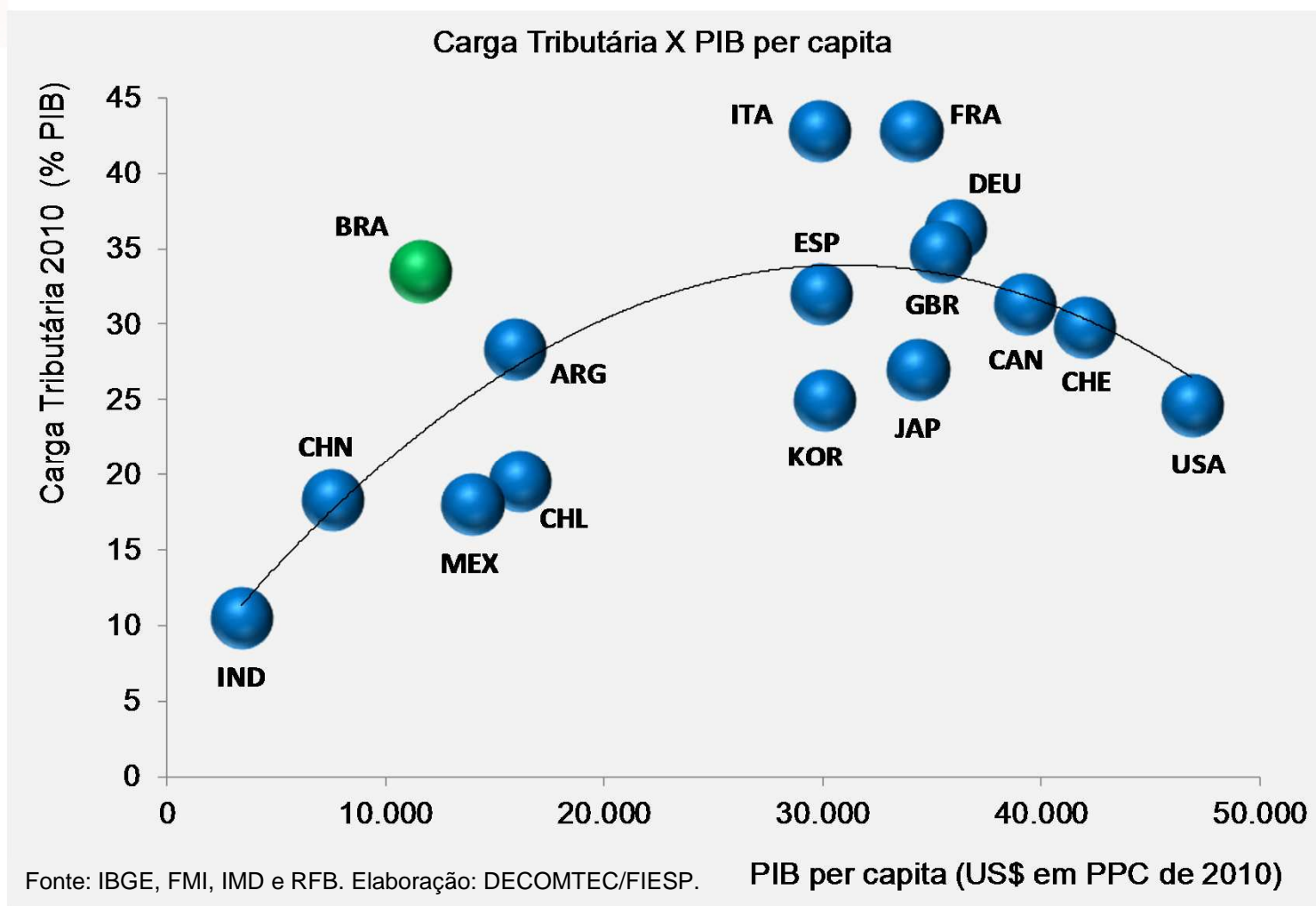
Fonte: SECEX. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

- 1 Contexto economia brasileira e indústria
- 2 Objetivo
- 3 Premissas Metodológicas
- 4 Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios**
- 5 Taxa de Câmbio
- 6 Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado
- 7 Considerações finais
- 8 Anexo metodológico

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	4.1) Tributação (carga e burocracia)
6	4.2) Capital de giro
7	4.3) Energia e matérias primas
8	4.4) Infraestrutura logística
	4.5) Custos extras de serviços a funcionários
	4.6) Serviços non tradables
	4.7) Consolidação do Custo Brasil

Diferencial de preços: Tributação (carga e burocracia)

- A carga tributária brasileira é muito elevada. Os parceiros com carga semelhante têm PIB per capita mais de três vezes superior ao nosso.



A tributação (carga e burocracia) contribui para elevar o Custo Brasil na Indústria de transformação.

Se deve a três elementos:

- A. Tributos diretos na produção, referente a alíquotas de IRPJ, CSLL, INSS, dentre outros, que incidem sobre a Indústria de Transformação.
- B. Tributos irrecuperáveis na indústria.
- C. Burocracia para pagar tributos.

Os tributos indiretos (ICMS, IPI, PIS/Pasep e Cofins) não foram incorporados no cálculo do Custo Brasil, pois incidem tanto no produto nacional como no importado, e serão tratados mais adiante.

A. Tributos diretos na produção

- Para o cálculo do Custo Brasil decorrente dos tributos diretos na produção da indústria de transformação¹, calculou-se o impacto das alíquotas desses tributos no preço industrial utilizando a estrutura produtiva da indústria brasileira. O Custo Brasil resulta, então, da subtração entre o impacto no preço dos tributos diretos na estrutura da indústria, com os impactos nos preços obtidos pela aplicação das alíquotas dos tributos diretos de cada um dos 15 principais países parceiros na mesma estrutura da indústria de transformação.
- No cálculo, foi considerada a desoneração da folha de pagamentos² que entrou em vigor para algumas atividades da indústria de transformação em 2012, e reduziu a participação da carga tributária no preço industrial em 0,5 ponto percentual.
- Obteve-se como Custo Brasil nos preços devido à carga de tributos diretos sobre a indústria de transformação os seguintes resultados: Parceiros: 6,7%; Desenvolvidos: 7,5%; Emergentes: 5,6% e China: 5,1%.

¹ Os tributos considerados são os incidentes sobre o lucro e sobre a folha de pagamentos. A alíquota dos tributos de cada um dos países parceiros foi extraída do Banco Mundial (*Doing Business*) e do relatório “*The 2012 Worldwide Corporate Tax Guide*” da Ernst & Young.

² A desoneração da folha de pagamentos em algumas atividades da indústria de transformação correspondeu a aproximadamente R\$ 2,7 bilhões em 2012.

B. Tributos irrecuperáveis na indústria

- Um importante atributo para a competitividade é que os tributos incidentes na produção onerem somente o valor adicionado a cada etapa da cadeia produtiva. Ou seja, o tributo deve ser não-cumulativo, na medida em que todas as mercadorias e serviços adquiridos possam ser creditados para posterior abatimento do débito no momento da venda do produto final.
- No Brasil o princípio da não cumulatividade é aplicado apenas parcialmente, pois, uma parte não desprezível dos tributos embutidos nas mercadorias e serviços adquiridos pelas empresas se tornam irrecuperáveis, elevando o custo de produção e, conseqüentemente, o preço do produto final.
- Esses tributos irrecuperáveis elevam em 5,8%* o preço do produto industrial na comparação com os países parceiros; 5,7% nos desenvolvidos; 6,0% nos emergentes e 6,1% na China.
- De acordo com as normas atuais a “não-cumulatividade” instituído ao PIS/Pasep e à COFINS referem-se a apenas algumas despesas suportadas pelos contribuintes no desenvolvimento de suas atividades. Somente os insumos empregados na fabricação dão direito à crédito, excluindo, por exemplo, bobinas de papel utilizadas nas máquinas registradoras e prestação de serviços (como os valores de mão-de-obra pagos a pessoa física).
- No ICMS, também vários custos não dão direito à crédito, como energia elétrica no escritório da empresa ou, mesmo material de escritório. São custos que comprometem a competitividade dos produtos industrializados brasileiros nos mercados interno e externo.

C. Burocracia para pagar tributos.

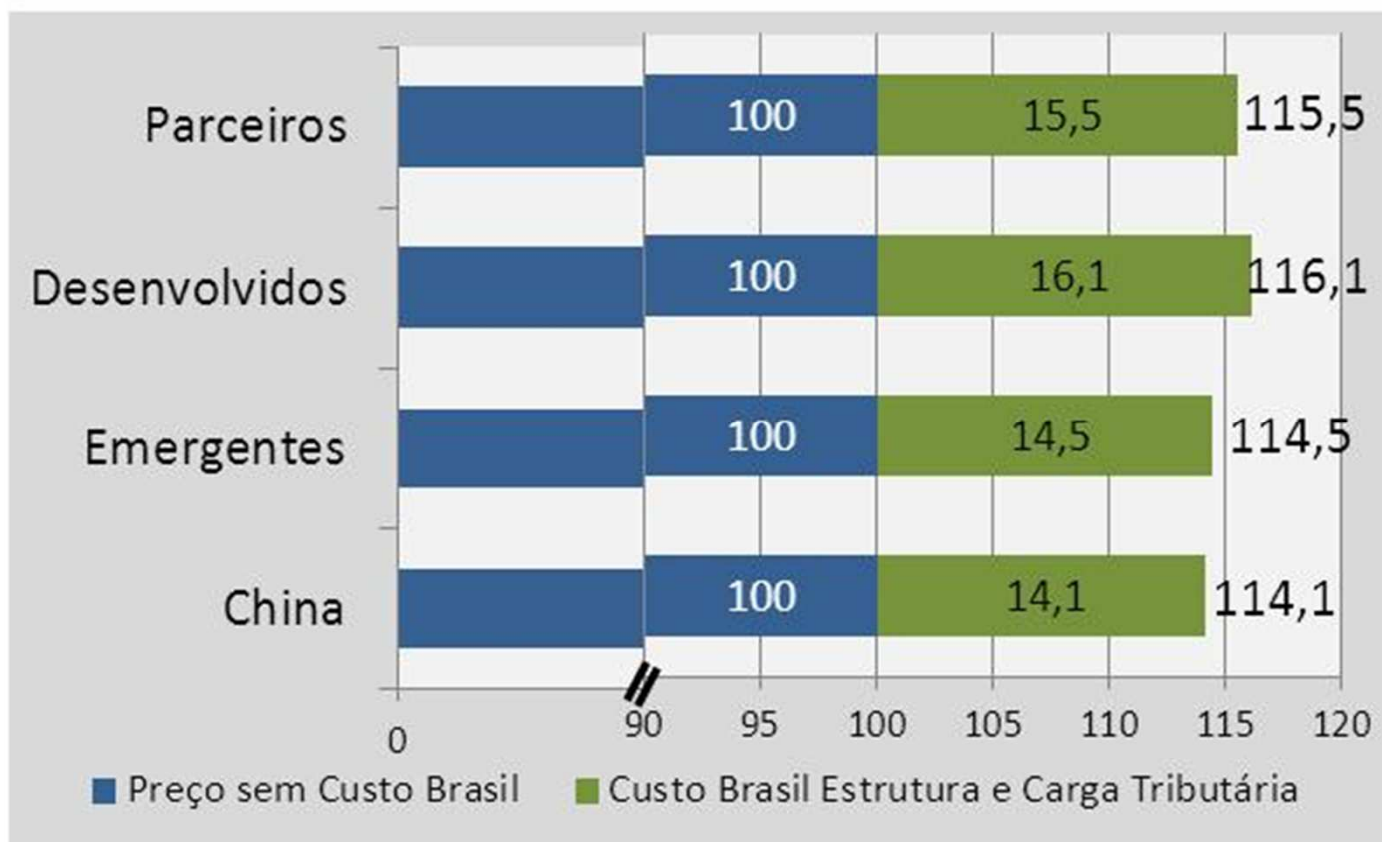
- No que tange à questão tributária, o Brasil se destaca não somente pela alta carga tributária (em % do PIB), como pela complexa estrutura regulatória dos impostos e contribuições.
- Conforme depoimento de uma empresa industrial com atuação internacional, enquanto nos EUA apenas duas pessoas são responsáveis pela área tributária, no Brasil são necessárias mais de duas centenas.
- Outra empresa divulgou que mantinha, até 2007, no Brasil, um departamento de administração tributária com 25 pessoas, o dobro do pessoal necessário para as mesmas funções nas filiais da Argentina, México, Venezuela e Chile juntas.
- Dentre os fatores que requerem tal estrutura burocrática dedicada ao pagamento de tributos pelas empresas no Brasil, podem ser destacados:
 - Uma empresa de médio porte no Brasil precisa atender 3.207 normas tributárias (IBPT, 2008).
 - São editadas 46 normas tributárias por dia útil no país (IBPT, 2008).
 - A cada 26 minutos a Receita Federal cria uma nova regra (Diário Oficial, 2010).

C. Burocracia para pagar tributos.

- O custo da burocracia para pagar tributos corresponde a 2,6% dos preços industriais, considerando toda a cadeia à montante, conforme apontado no estudo “Carga Extra na Indústria Brasileira Parte 1 – Custos do Sistema Tributário” do DECOMTEC/FIESP;
- Segundo dados do Banco Mundial (2012), o tempo que se gasta anualmente para preparar, registrar e pagar tributos é de 2.600 horas no Brasil; 227 horas nos parceiros; 179 horas nos desenvolvidos; 255 horas nos emergentes e 338 horas na China.
- Correlacionando os custos da burocracia brasileira com os dos países selecionados, identificou-se o diferencial de preços de 2,9% nos parceiros; 3,0% nos desenvolvidos; 2,9% nos emergentes e 3,0% na China.

Custo Brasil: Tributação (carga e burocracia)

- Com a consolidação dos elementos de carga e de burocracia, o Custo Brasil da tributação corresponde, por exemplo, a um acréscimo de 15,5% nos preços industriais ante os parceiros, e de 16,1% ante os desenvolvidos.



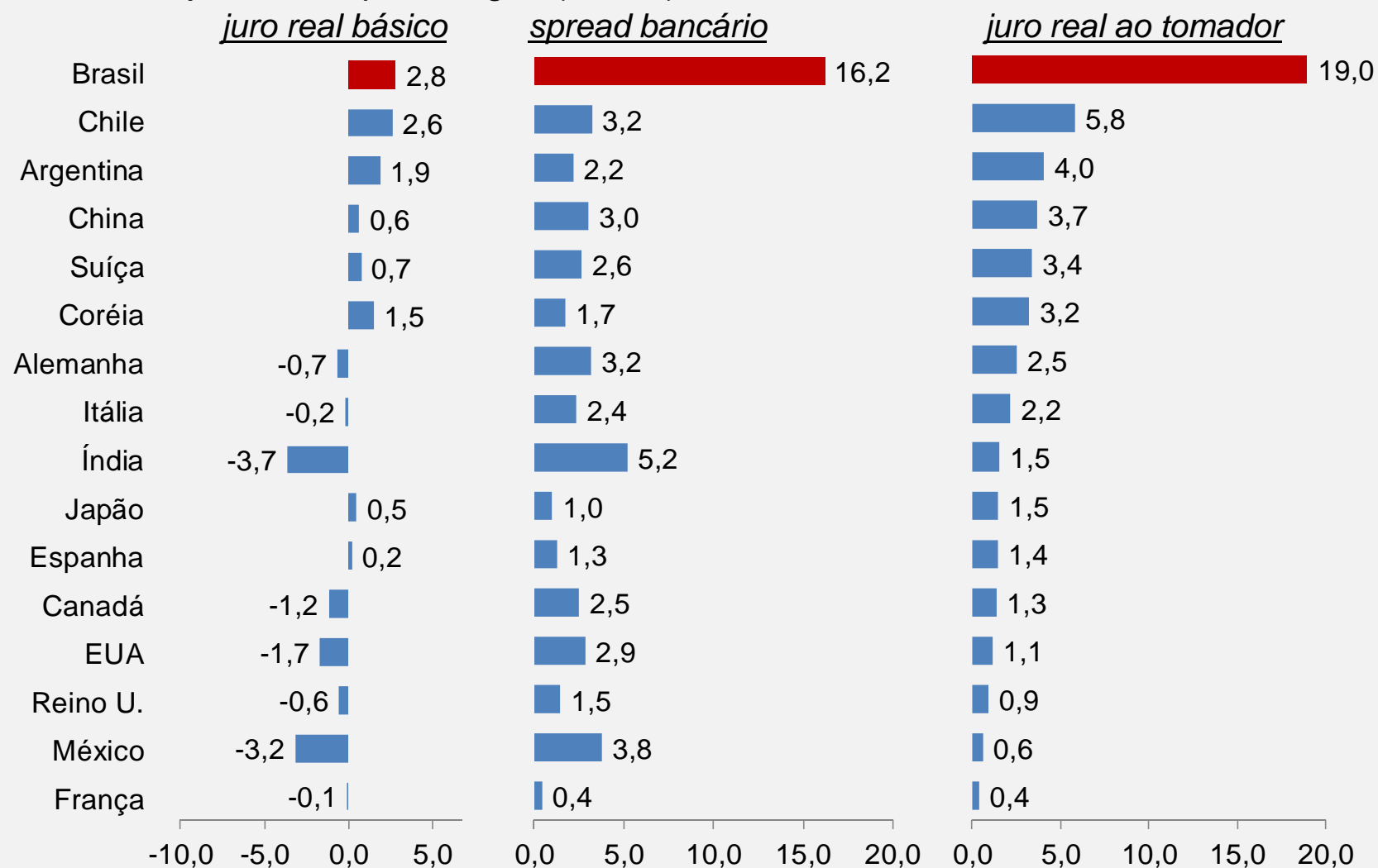
Fonte: DECOMTEC/FIESP.

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	4.1) Tributação (carga e burocracia)
6	4.2) Capital de giro
7	4.3) Energia e matérias primas
8	4.4) Infraestrutura logística
	4.5) Custos extras de serviços a funcionários
	4.6) Serviços non tradables
	4.7) Consolidação do Custo Brasil

- O custo de capital de giro no Brasil é de longe o mais alto dentre os seus principais parceiros comerciais analisados (e também do mundo).
- Isso se deve, em parte, à taxa de remuneração dos depósitos (cuja referência é a taxa básica de juros, a Selic), e, sobretudo, ao spread bancário, conforme indicado no gráfico a seguir.

Diferencial de preços: capital de giro

Taxa real de juros de capital de giro (% a.a.)

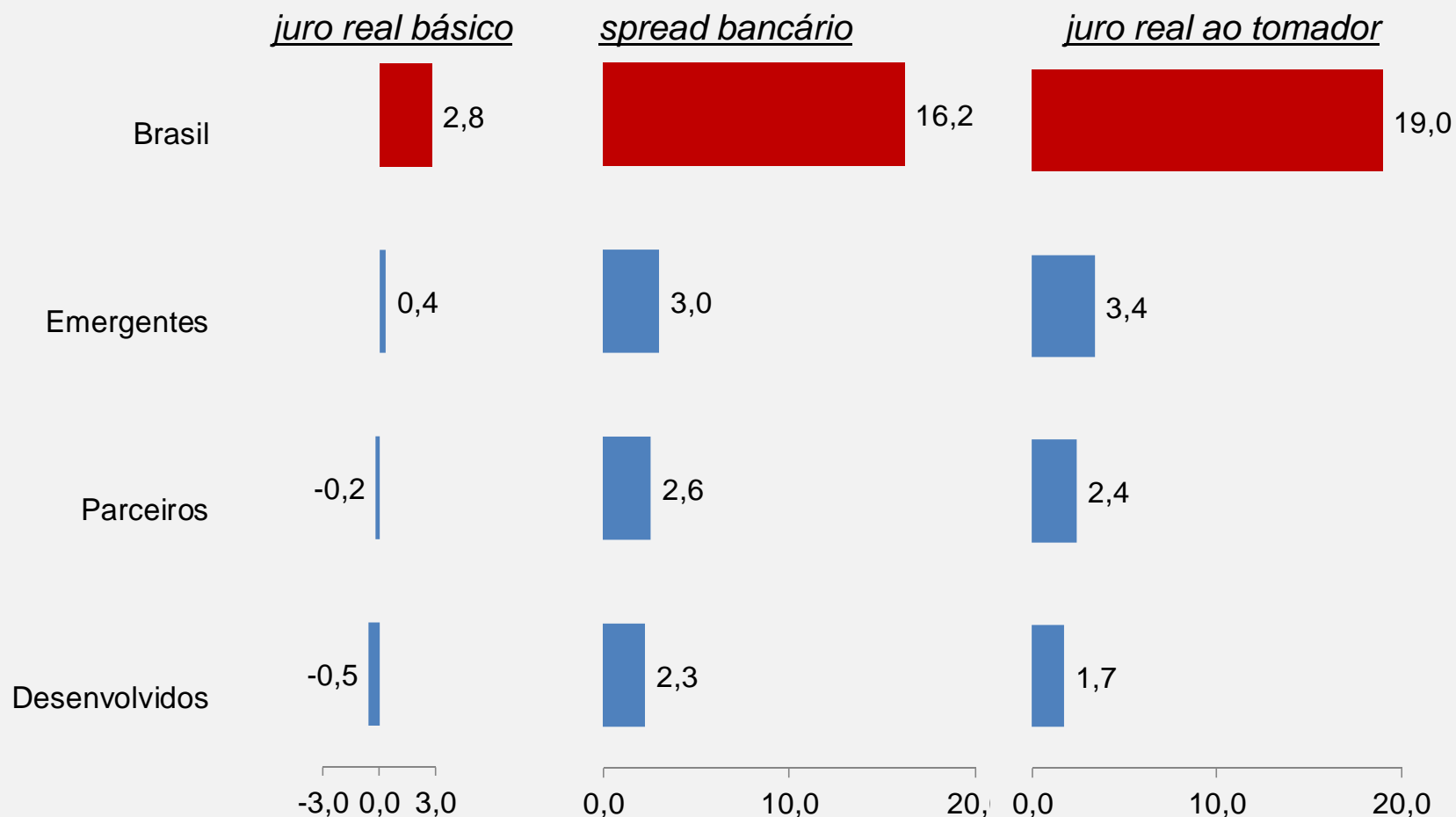


Fontes: FMI, BCB, Fed, EuroStat, Banco Central Índia. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

Diferencial de preços: capital de giro

- Na comparação com a média ponderada pela participação dos parceiros na pauta, o juro real brasileiro é quase oito vezes maior.

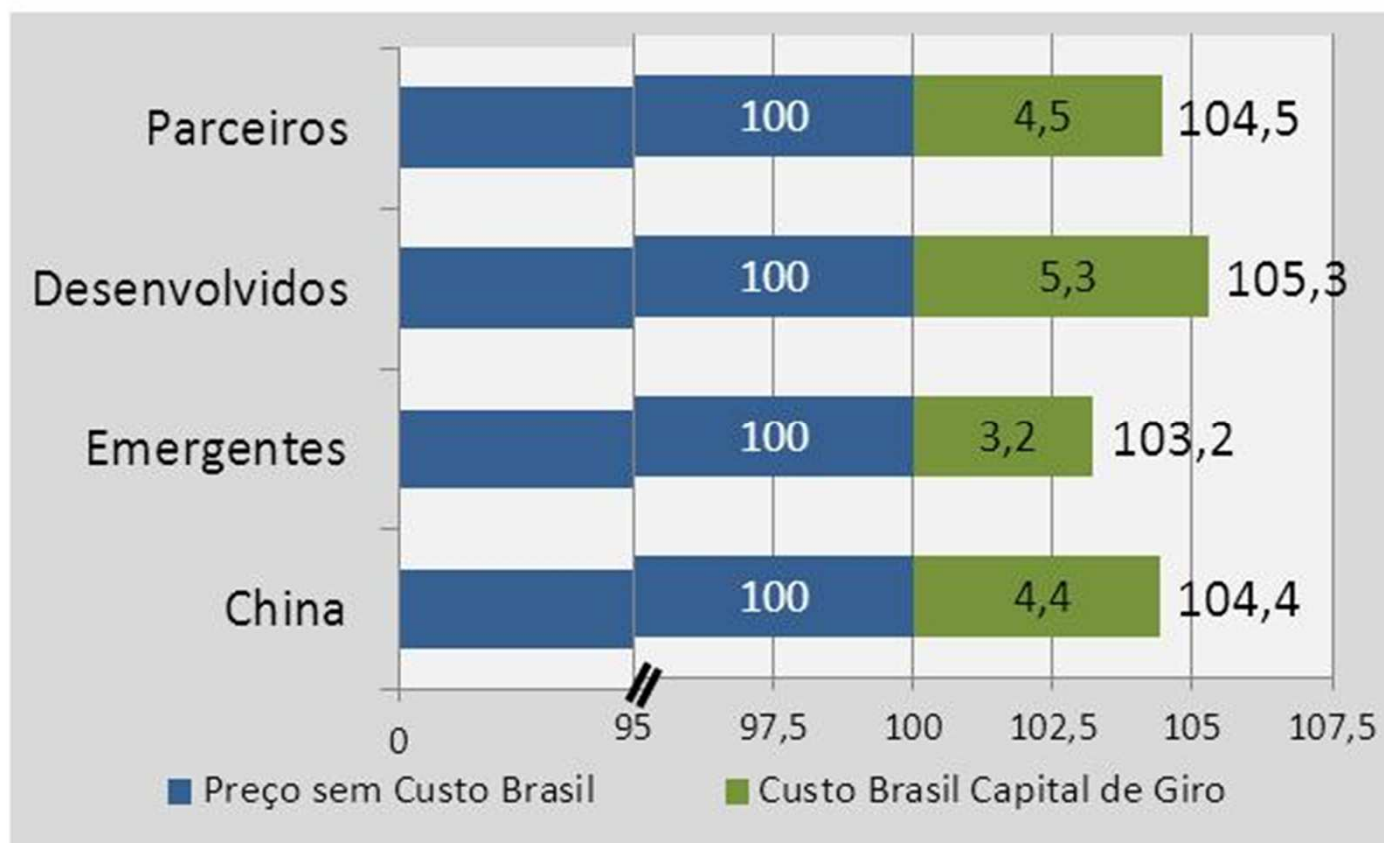
Taxa real de juros de capital de giro (% a.a.)



- A taxa de juros exerce efeito fundamental na operação das indústrias.
 - Trata-se de fator determinante no crescimento de longo prazo das empresas, estimulando ou inibindo aumentos de capacidade (investimentos).
 - A taxa de juros também impacta diretamente a atividade das empresas no curto prazo, ao afetar tanto o custo do capital de giro proveniente de terceiros (financiamento bancário), quanto o custo de oportunidade do capital próprio.
- Em 2010, o DECOMTEC publicou o estudo “Juros em Cascata sobre Capital de Giro: o impacto sobre a indústria brasileira”. A atualização desse estudo, com base em dados de 2012, indica que o impacto do custo de capital de giro no preço dos produtos industriais no Brasil é de 5,3%.
- Tomando-se as mesmas condições estruturais da indústria brasileira, foi simulado o impacto do custo de capital de giro no preço do produto, caso vigorassem taxas de juros médias equivalentes às dos países parceiros, dos desenvolvidos, emergentes e da China.
- A diferença entre o impacto no preço do produto nessas duas situações é o Custo Brasil do capital de giro.

Custo Brasil: capital de giro

- Conforme representado a seguir, o Custo Brasil do capital de giro é elevado ante todos os grupos de países analisados. No caso dos desenvolvidos, representa, sozinho, uma desvantagem de 5,3% no preço dos produtos industriais.



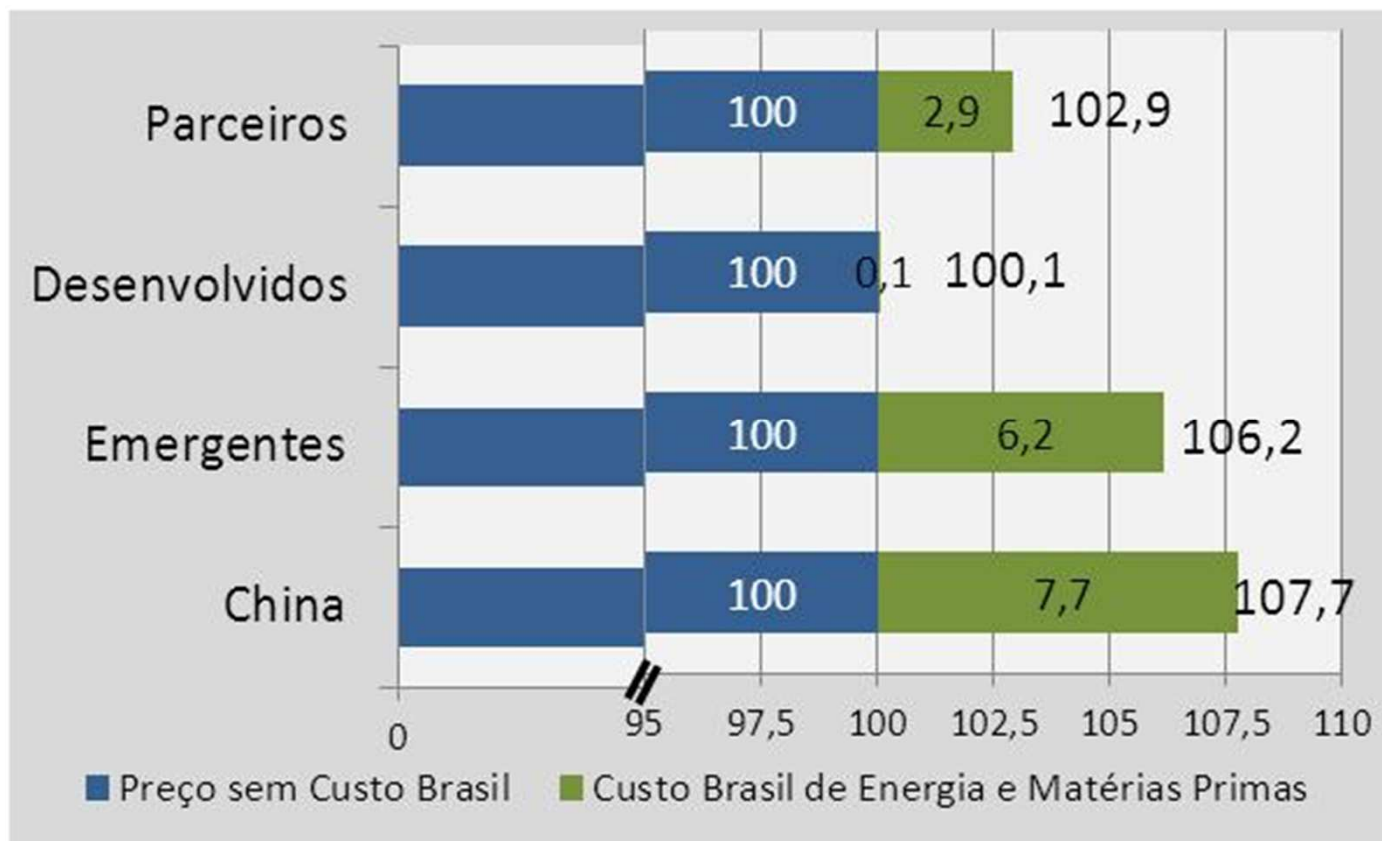
Fonte: DECOMTEC/FIESP.

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	4.1) Tributação (carga e burocracia)
6	4.2) Capital de giro
7	4.3) Energia e matérias primas
8	4.4) Infraestrutura logística
	4.5) Custos extras de serviços a funcionários
	4.6) Serviços non tradables
	4.7) Consolidação do Custo Brasil

- O Brasil detém ampla dotação de recursos naturais, que poderia assegurar oferta e preços bastante competitivos de insumos e matérias primas para os diversos setores de atividade da economia, favorecendo a agregação de valor, geração de empregos e renda.
- Todavia, essa disponibilidade de recursos naturais não é revertida em vantagem comparativa de preços com outras economias. Isso abrange o preço da energia e de matérias primas de uso amplo em diversas cadeias.
- Na realidade, quando comparada com a indústria de economias concorrentes, a indústria de transformação brasileira se depara com desvantagens nesses aspectos.

Custo Brasil: energia e matérias primas

- O Brasil tem desvantagem nesse fator do ambiente de negócios ante o grupo dos parceiros e emergentes, e, sobretudo, quando se compara com a China (Custo Brasil de 7,7%).



Fonte: DECOMTEC/FIESP.

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	4.1) Tributação (carga e burocracia)
6	4.2) Capital de giro
7	4.3) Energia e matérias primas
8	4.4) Infraestrutura logística
	4.5) Custos extras de serviços a funcionários
	4.6) Serviços non tradables
	4.7) Consolidação do Custo Brasil

Diferencial de preços: infraestrutura logística

- O Brasil possui sérias deficiências na infraestrutura de distribuição de bens e serviços. A densidade das malhas rodoviária e ferroviária está bem abaixo dos países parceiros, dos desenvolvidos e até mesmo dos emergentes (vide quadro abaixo, colunas D e E).
- Em avaliações qualitativas, o país também apresenta os menores conceitos, comparando com os outros grupos, tanto em rodovias como em ferrovias e portos (colunas A, B, C).

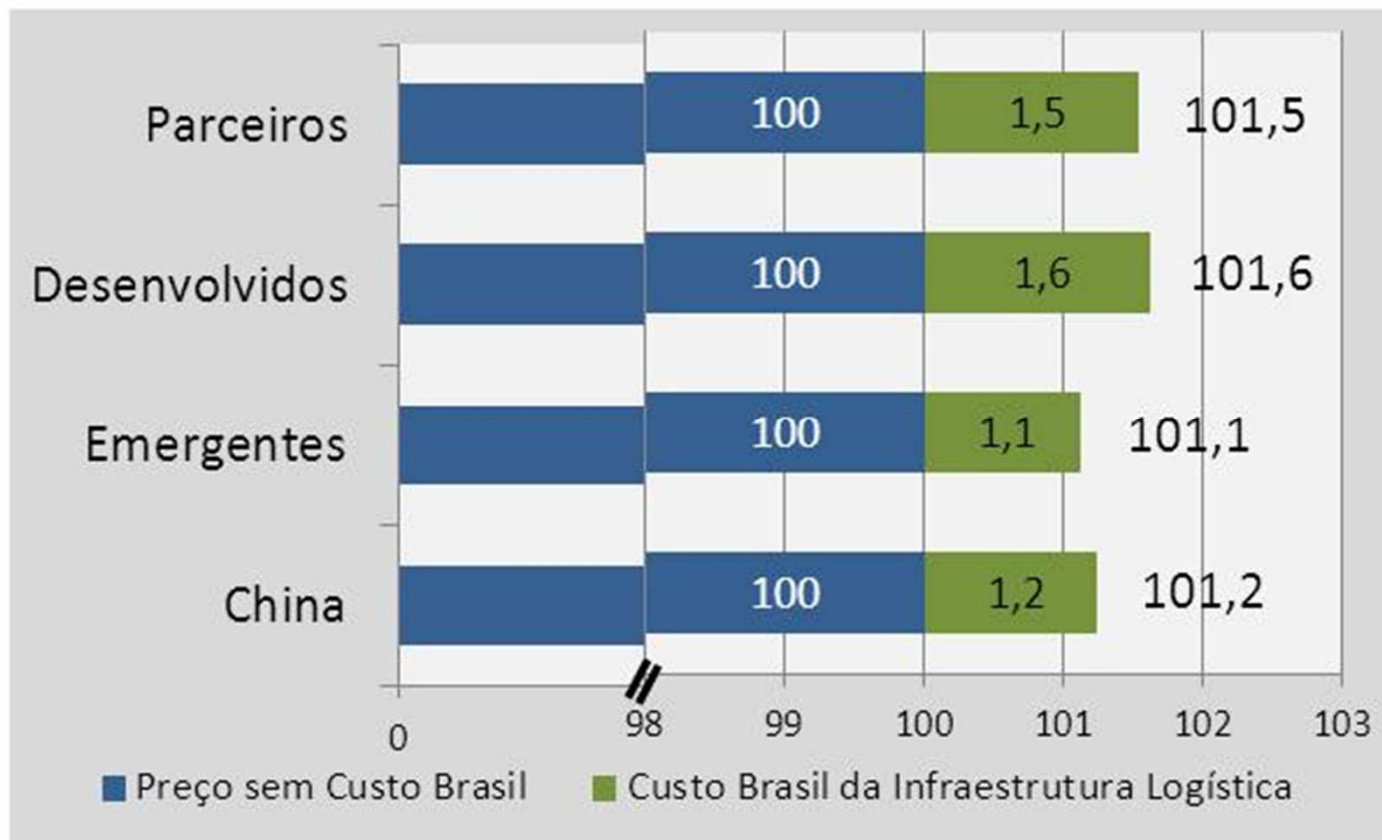
	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>
	Qualidade de infraestrutura de rodovias (nota)	Qualidade de infraestrutura de ferrovias (nota)	Qualidade de infraestrutura de portos (nota)	Densidade da malha rodoviária (km por km ²)	Densidade da malha ferroviária (km por km ²)
Brasil	2,7	1,8	2,6	0,21	0,003
Países parceiros	5,1	4,6	4,9	0,96	0,037
Países desenvolvidos	5,8	5,3	5,3	1,39	0,055
Países emergentes	4,1	3,7	4,2	0,36	0,011
China	4,4	4,6	4,4	0,41	0,009

Fontes: Colunas: A, B e C: WEF; D e E: CIA. Elaboração DECOMTEC/FIESP.

- Custos de transporte, manutenção de frota e armazenamento representam uma fração relevante dos custos das indústrias. Deficiências na infraestrutura logística, como a saturação da capacidade e a precária conservação de grande parte das rodovias e vias de transporte urbano, acarretam custos superiores aos que são arcados por indústrias instaladas em países com melhor infraestrutura de distribuição.
- No estudo “Carga Extra na Indústria Brasileira – Parte 2: Custos com Logística”, realizado pelo DECOMTEC, constatou-se que as deficiências da infraestrutura logística (considerando o carregamento de custo na cadeia à montante) representam 1,8% do preço dos produtos industriais no Brasil.
- Considerando-se esse efeito e um índice de infraestrutura logística calculado a partir dos indicadores do quadro anterior, estimou-se o Custo Brasil da infraestrutura logística.

Custo Brasil: infraestrutura logística

- Os resultados a seguir indicam que o Custo Brasil da infraestrutura logística é superior a 1%, mesmo em comparação com economias emergentes, atingindo 1,6% na comparação com os desenvolvidos.



Fonte: DECOMTEC/FIESP.

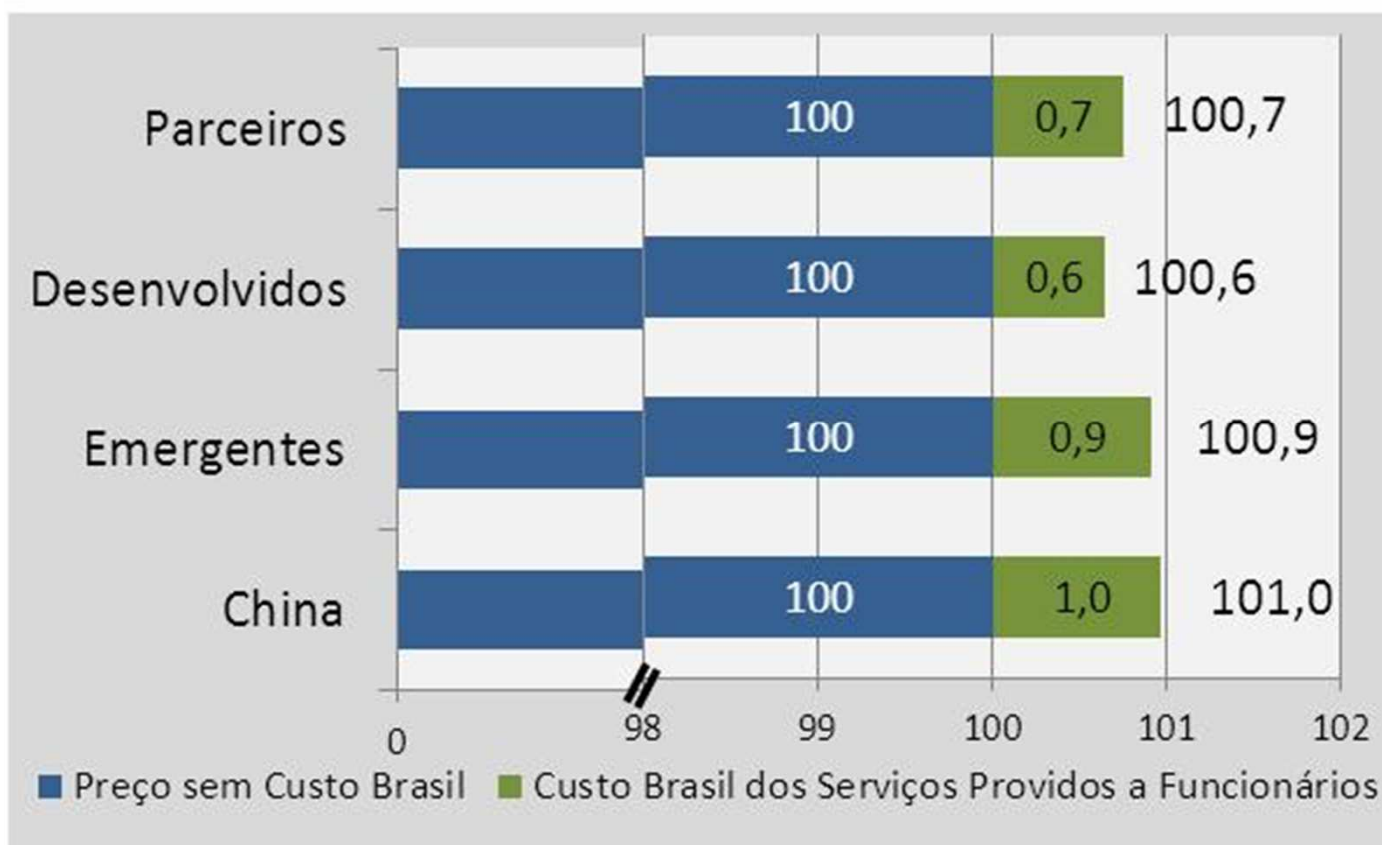
1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	4.1) Tributação (carga e burocracia)
6	4.2) Capital de giro
7	4.3) Energia e matérias primas
8	4.4) Infraestrutura logística
	4.5) Custos extras de serviços a funcionários
	4.6) Serviços non tradables
	4.7) Consolidação do Custo Brasil

Diferencial de preços: Custos extras de serviços a funcionários

- Em que pese a elevada carga tributária brasileira, há diversos serviços públicos cuja oferta pelo governo é insuficiente ou possui baixa qualidade.
- Mesmo arcando com elevada carga tributária, as empresas industriais brasileiras também suprem, com seus próprios recursos, determinados serviços cujo provimento pelo Estado é ruim.
- Isso induz em um aumento nos custos das empresas industriais, pois elas suprem com seus próprios recursos, por exemplo, serviços de saúde, de previdência e assistência, cujo acesso representa melhora na qualidade de vida e bem estar dos funcionários, e, conseqüentemente, o melhor exercício de suas atividades profissionais.
- Em janeiro de 2013, a FIESP/DECOMTEC publicou um documento (Carga Extra na Indústria Brasileira, Parte 3 – Custos de Custos extras de serviços a funcionários devido a deficiências dos serviços público) que aborda esse tema, e concluiu que o impacto representado pelo oferecimento desses serviços é da ordem de 0,96% do preço dos produtos industriais.
- A comparação com impacto do provimento desses serviços no preço dos bens industriais dos países estudados foi realizada tomando-se como referência a participação de benefícios aos empregados de caráter não obrigatório em relação aos salários, com base em estudo da consultoria KPMG (“Competitive Alternatives”, 2012).

Custo Brasil: Custos extras de serviços a funcionários

- Como indicado, o Custo Brasil com Custos extras de serviços a funcionários atinge, por exemplo, quase 1%, na comparação com os Emergentes.



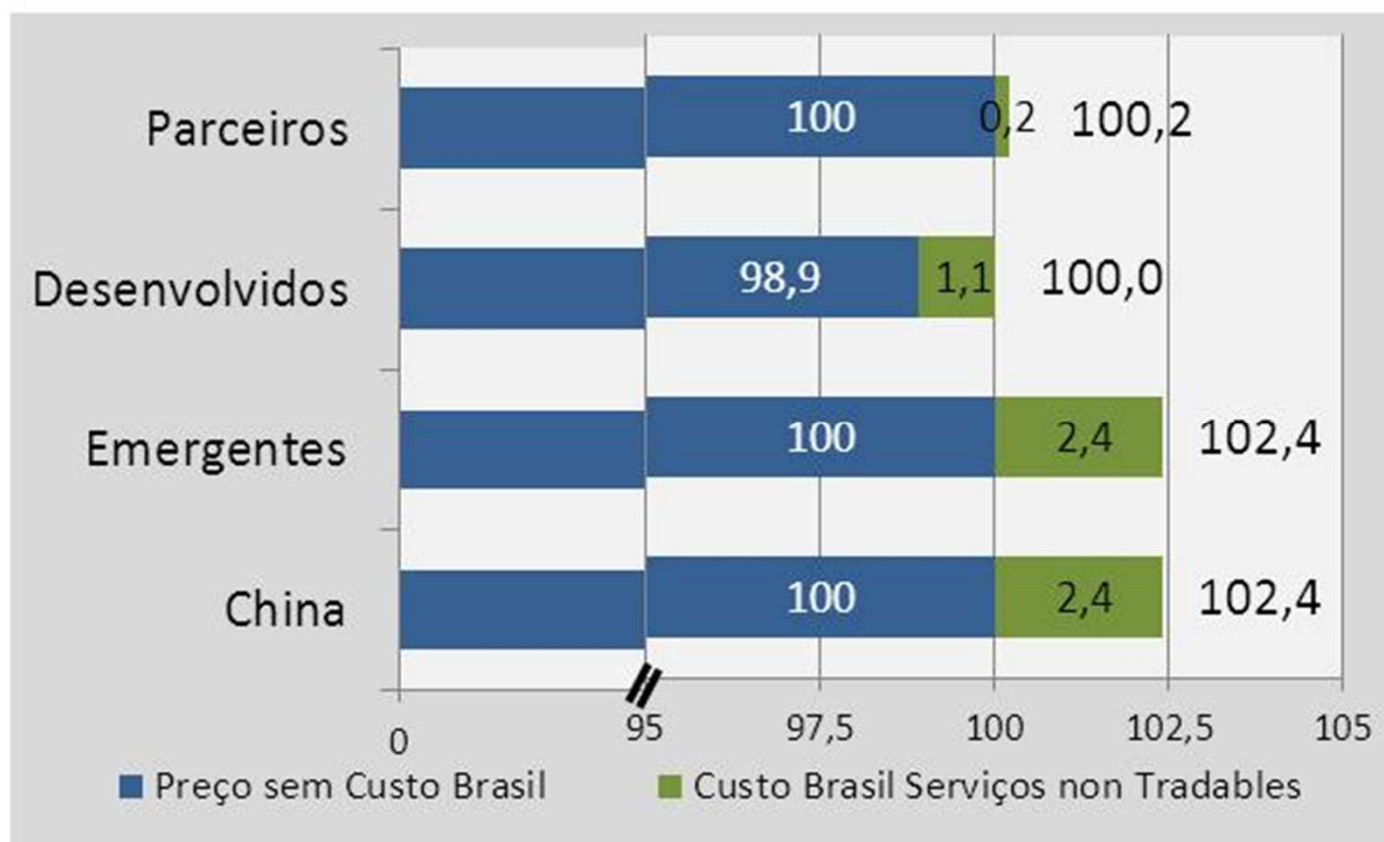
Fonte: DECOMTEC/FIESP.

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	4.1) Tributação (carga e burocracia)
6	4.2) Capital de giro
7	4.3) Energia e matérias primas
8	4.4) Infraestrutura logística
	4.5) Custos extras de serviços a funcionários
	4.6) Serviços non tradables
	4.7) Consolidação do Custo Brasil

- O elevado preço dos serviços no Brasil tem sido crescentemente reconhecido.
- A indústria é intensa consumidora de serviços, portanto, a elevação de seus preços contribui para agravar o Custo Brasil.
- Analisou-se o custo das empresas industriais brasileiras relativos a aluguéis e arrendamentos, bem como serviços prestados por terceiros (fonte: PIA-IBGE), como serviços de consultoria, auditoria, advocatícios, contabilidade, despachante, limpeza, vigilância, serviços de informática, dentre outros (exclusive os serviços prestados por terceiros considerados custos das operações industriais).
- Para relacionar o preço dos serviços *non tradables* no Brasil com os países selecionados foram considerados os níveis internacionais de custo de aluguel de instalações fabris e serviços prestados por terceiros (fonte: “Competitive Alternatives”, 2012, KPMG).

Custo Brasil: serviços *non tradables*

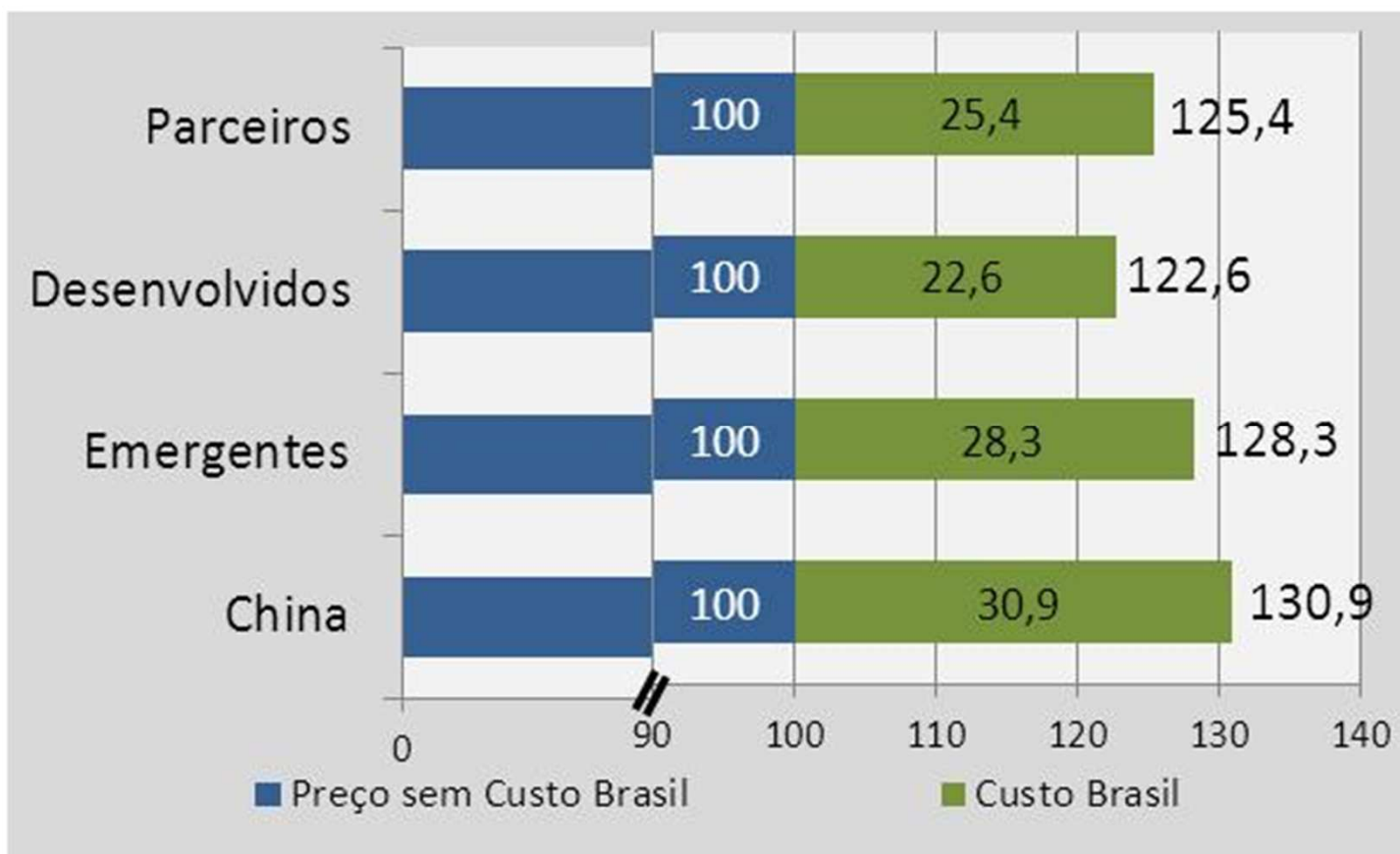
- Embora o custo dos serviços *non tradables* represente vantagem para o Brasil, ante países desenvolvidos, da ordem de 1,1% dos preços, quando comparado ao conjunto dos países parceiros, há um Custo Brasil de 0,2%, sendo que essa desvantagem sobe para 2,4% em relação aos países emergentes e à China.



1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	4.1) Tributação (carga e burocracia)
6	4.2) Capital de giro
7	4.3) Energia e matérias primas
8	4.4) Infraestrutura logística
	4.5) Custos extras de serviços a funcionários
	4.6) Serviços non tradables
4.7	Consolidação do Custo Brasil

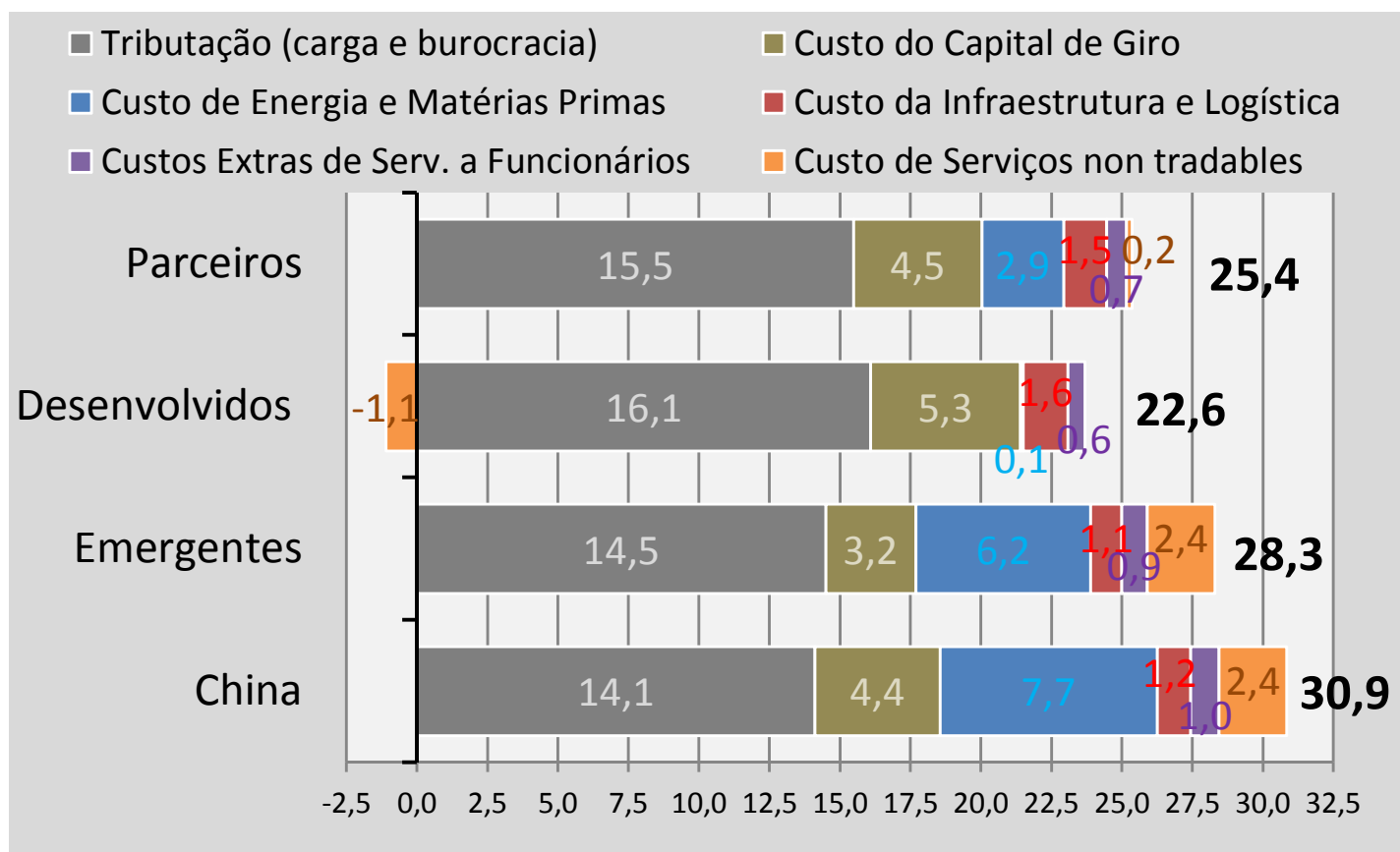
Consolidação do Custo Brasil ante demais países/blocos

- O quadro consolidado com os seis grupos de fatores analisados indica que o **Custo Brasil determina acréscimo da ordem de 22,6% a 30,9% nos preços de produtos da indústria de transformação**, quando em comparação com os de produtos estrangeiros.



Consolidação do Custo Brasil ante demais países/blocos

- Cada componente do Custo Brasil pode variar seu peso conforme o país ou grupo de países que se compara. Por exemplo: o Custo Brasil da “Energia e Matérias Primas” é mais significativo quando comparado com a China (7,7) do que quando comparado com os Desenvolvidos (0,1). No entanto, a “Tributação” é o principal componente do Custo Brasil, independente do país ou grupo de países em comparação.

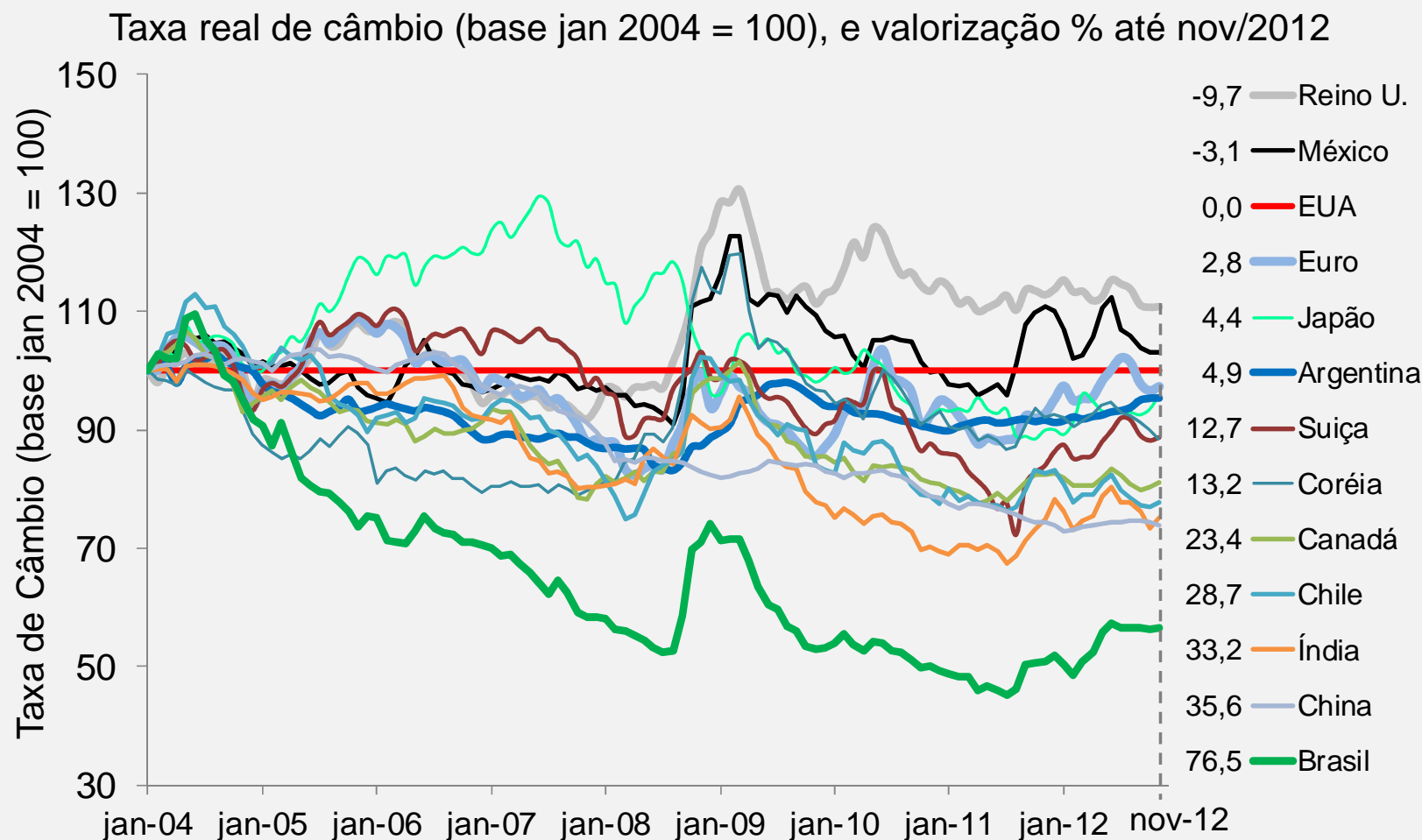


Fonte: DECOMTEC/FIESP.

- 1 Contexto economia brasileira e indústria
- 2 Objetivo
- 3 Premissas Metodológicas
- 4 Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
- 5 Taxa de Câmbio**
- 6 Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado
- 7 Considerações finais
- 8 Anexo metodológico

Taxa de câmbio

- O real segue valorizado, apesar da desvalorização relativa ocorrida desde meados de 2011...



Fonte: OCDE e BCB. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

- ...entretanto, a trajetória do desenvolvimento das principais economias do mundo indica que a taxa de câmbio valorizada restringe o crescimento de longo prazo, sobretudo pela limitação que impõe à atividade da indústria de transformação.
- Dentre as razões pelas quais uma taxa de câmbio valorizada afeta negativamente o crescimento da indústria de transformação, e, conseqüentemente, da economia, pode-se destacar:
 - a) A valorização cambial provoca redução do preço de produtos importados;
 - b) Tal redução é mais significativa que a ocorrida no custo de produção da indústria de transformação doméstica (uma vez que a maior parte da sua estrutura de custos é insensível a variações da taxa de câmbio);
 - c) Isso prejudica a competitividade do setor, desestimulando o investimento produtivo no mercado interno;
 - d) A produção industrial é afetada, e, por extensão, o crescimento da atividade, do emprego e da renda na economia como um todo.

- É recorrente o apelo ao **falso argumento** de que a **valorização da taxa de câmbio propicia melhoria da competitividade industrial** de uma economia.
- Esse argumento se apoia, principalmente, em duas hipóteses:
 - A. A valorização da taxa de câmbio **reduz custos da indústria, aumentando sua competitividade**; e
 - B. A valorização da taxa de câmbio **estimula a modernização tecnológica** e o **aumento da capacidade produtiva**, pela **redução de custos do investimento** industrial, aumentando a competitividade do setor.

- Simulação do impacto projetado de valorização da taxa de câmbio, de R\$2,0/US\$ para R\$ 1,5/US\$ (valorização de 25%) no:
 - Preço no mercado interno do produto nacional e do importado;
 - Custo dos insumos importados utilizados pela indústria nacional.

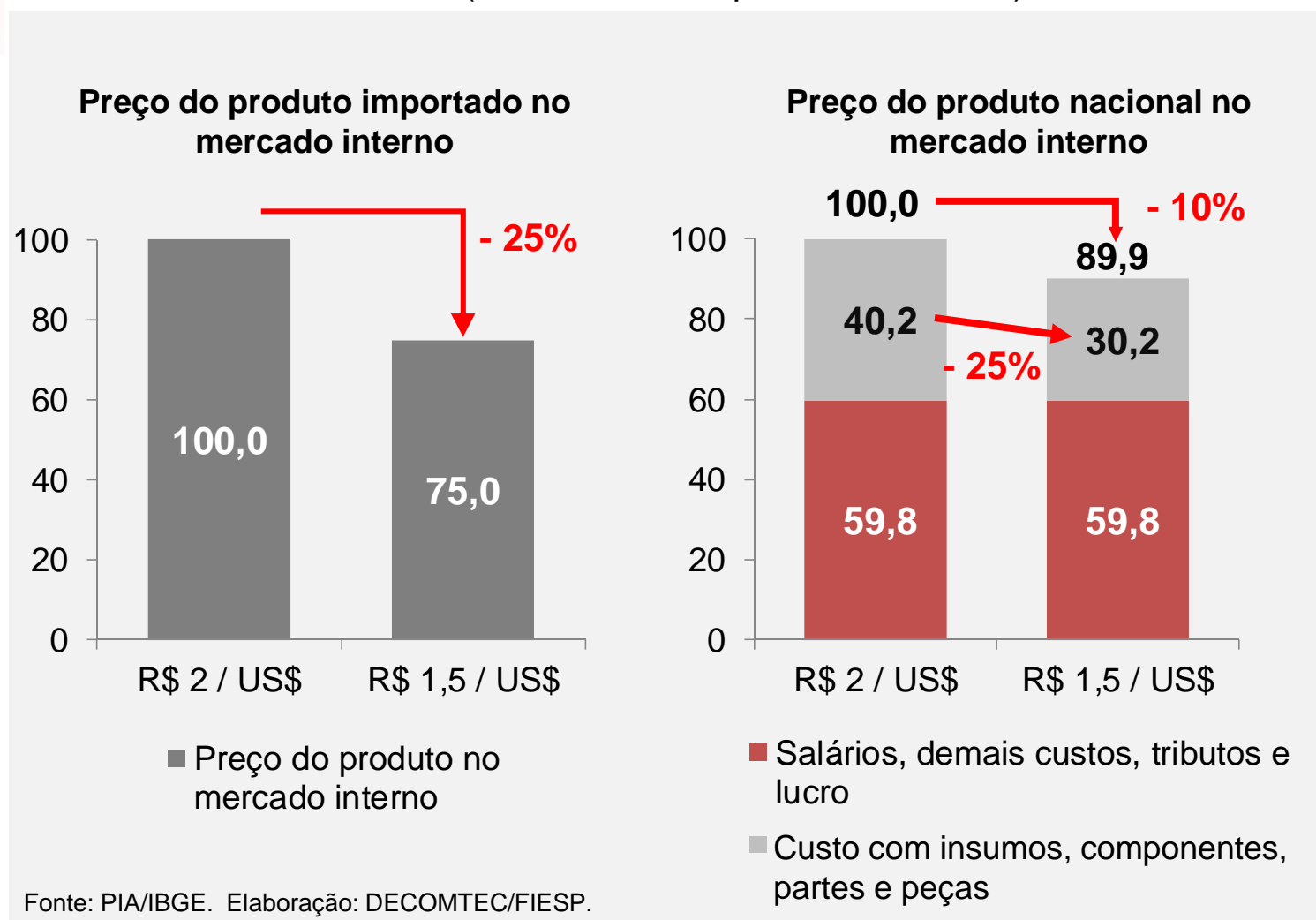
- Admite-se, por hipótese, um cenário em que:
 - O produto da indústria nacional concorre diretamente com o produto importado, sendo que seu preço é determinado pelo mercado;
 - Para produção do seu produto, a indústria nacional utiliza apenas insumos, componentes, partes e peças importadas (caso extremo);
 - O preço do produto é composto por: custo com insumos, componentes, partes e peças, salários, tributos, lucro e demais custos operacionais;
 - Custo com insumos, componentes, partes e peças responde por 40,2% do preço final do produto (baseado em dados da PIA¹-IBGE).

(1) Base de dados da estrutura de preços do produto da indústria de transformação nacional:

- Pesquisa Industrial Anual (PIA) – IBGE 2010;
- Receita Bruta de Vendas de Produtos Industriais (RBVPI): R\$ 2.031 bilhões, que é composta em:
 1. Custos com insumos, componentes, partes e peças: R\$ 817 bilhões (40,2% da RBVPI);
 2. Valor de salários, tributos, lucro e demais custos operacionais: R\$ 1.214 bilhões (59,8% da RBVPI).

Desmistificando a hipótese A

Sensibilidade de preços de produto e de custos em relação a valorização cambial (de R\$ 2,0/US\$ para R\$ 1,5/US\$)



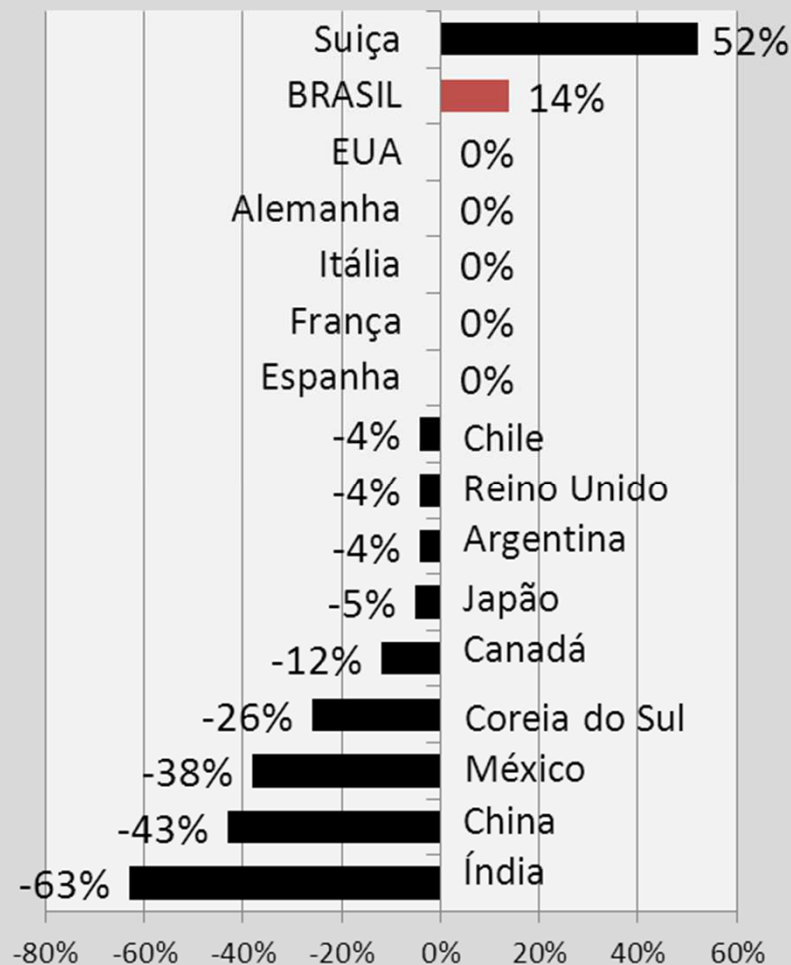
- Como demonstrado, **apesar da valorização cambial reduzir o custo dos insumos utilizados pela indústria nacional**, o preço no mercado do **produto importado** se torna **17% mais barato que o nacional** (R\$ 75,0 ante R\$ 89,9). Assim, **valorização do real reduz a competitividade da indústria nacional ante o produto importado**.
- **O preço no mercado interno do produto importado** absorve integralmente a variação cambial, ou seja, **redução de 25%**.
- Dada a **estrutura de preços do produto nacional**, apenas **uma parcela dela absorve a variação cambial**. No cenário assumido, essa parcela corresponde a 40,2% dessa estrutura.
- Os seus demais componentes (salários, tributos, lucro e demais custos) **não são reduzidos com a valorização cambial**.
- Dessa forma, a **redução** ocorrida no **preço do produto nacional** é de **apenas 10%**.
- **Para a manutenção da sua competitividade (ou sobrevivência)**, a indústria nacional teria que corrigir a distorção de preço por meio de uma redução da sua margem bruta, possibilidade muito limitada, pois a indústria já está operando com margens apertadas a algum tempo. Outra opção, seria a substituição da produção própria pela importação integral do mesmo produto.
- Ressalta-se que nessa simulação, tanto o Custo Brasil como a valorização cambial não foram incluídos.

- De fato, a valorização cambial proporciona uma redução, na mesma proporção, no preço de máquinas e equipamentos importados aplicados na modernização e ampliação do parque produtivo;
- Entretanto, como demonstrado, o preço do produto importado no mercado interno sofre uma redução superior à diminuição de custos de produção da indústria local;
- Esse diferencial de preço em favor do produto importado reduz a competitividade da indústria local, que fica com margens comprometidas ou perde mercado para os produtos estrangeiros;
- Com margem comprimida e/ou mercado absorvido pela produção externa, a indústria local perde estímulo para investimentos em modernização e/ou ampliação do seu parque produtivo.
- Portanto, em que pese o barateamento das máquinas e equipamentos, a valorização cambial não favorece, e sim compromete, o investimento.

- Como indicado, a quantificação do diferencial de preços, no mercado brasileiro, de produtos da indústria de transformação nacional ante importados, considera o Custo Brasil e valorização do real.
- Existem inúmeras metodologias para cálculo de quanto as moedas se encontram valorizadas ou desvalorizadas, ou “desvio” de taxa de câmbio. Não há, todavia, unanimidade quanto a metodologia mais adequada para sua aferição. Diante disso, optou-se pela adoção do índice Big Mac, elaborado pela revista “The Economist”. Sua metodologia é baseada na Teoria Paridade do Poder de Compra, segundo a qual as taxas de câmbio devem se ajustar para que o preço de uma cesta de bens seja o mesmo nos distintos países.
- O índice Big Mac expressa o desvio (positivo ou negativo) que a taxa de câmbio de cada país possui em relação ao nível necessário para que um Big Mac tenha preço em US\$ idêntico ao verificado nos EUA.
- É importante ressaltar que, neste estudo, considerou-se apenas a valorização do real ante o dólar, uma vez que o nível das demais taxas de câmbio vis-à-vis o dólar não é determinável pelo ambiente e política econômica brasileiros.

- Segundo o índice Big Mac de julho/2012, **o real encontrava-se valorizado em 14% em relação ao dólar**, que foi o percentual utilizado para ajuste do câmbio no estudo. O Estudo do Observatório do Câmbio da FGV-EAESP mostrava um desalinhamento cambial de 15% em julho/2012.
- O índice Big Mac divulgado em janeiro de 2013 indica uma valorização de 29% no real ante o dólar. Caso fosse considerado esse valor, o diferencial de preços seria ainda mais significativo.
- A Suíça é o único dentre os principais parceiros com câmbio valorizado.
- Os EUA, cuja moeda é a própria referência do índice, e países cuja moeda é o Euro, têm câmbio alinhado.
- **Com exceção dessas, todas as economias parceiras apresentam valor negativo no índice Big Mac, ou seja, têm taxas de câmbio desvalorizadas.**

Índice Big Mac - Brasil e países parceiros (jul/2012)



Fonte: The Economist. Resultados completos em www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/07/daily-chart-17

- De acordo com o índice Big Mac, o desvio do real em relação ao dólar é de 14%.
- Logo, o preço (sem tributos indiretos) de um produto importado é de 87,7, contra 100, caso o real não fosse valorizado.

Preços sem tributos indiretos e sem desvio da taxa de câmbio

Produto importado

100

Produto brasileiro

100

*Preço sem
Custo Brasil,
SEM desvio do
câmbio*

Preços sem tributos indiretos com desvio da taxa de câmbio

Produto importado

87,7

Produto brasileiro

100,0

*Preço sem
Custo Brasil,
COM desvio do
câmbio brasileiro*

1	Contexto economia brasileira e indústria
2	Objetivo
3	Premissas Metodológicas
4	Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
5	Taxa de Câmbio
6	Diferencial de preços no mercado interno: nacional vs. importado
7	Considerações finais
8	Anexo metodológico

- Na composição do preço final do produto industrial, além do Custo Brasil e da valorização cambial, foram acrescentados os tributos indiretos, que incidem tanto no produto nacional como no importado:
 - Produto nacional: ICMS, IPI, PIS e Cofins;
 - Produto importado: imposto de importação, ICMS, IPI, PIS e Cofins e frete e seguros

- Dentre os dados que subsidiaram a análise do custo de internação de produtos estrangeiros, deve ser ressaltado que, **diferentemente do senso comum, a alíquota efetiva de importação brasileira é bastante baixa em relação ao máximo de 35% acordado com a Organização Mundial do Comércio:**
 - **9,8%** para países **Parceiros**¹;
 - **10,3%** para **Desenvolvidos**²;
 - **9,2%** para **Emergentes**³;
 - **14,7%** para a **China**.

- O efeito final dos fatores do quadro competitivo analisados é bastante prejudicial a atividade produtiva, investimento e geração de emprego no país.

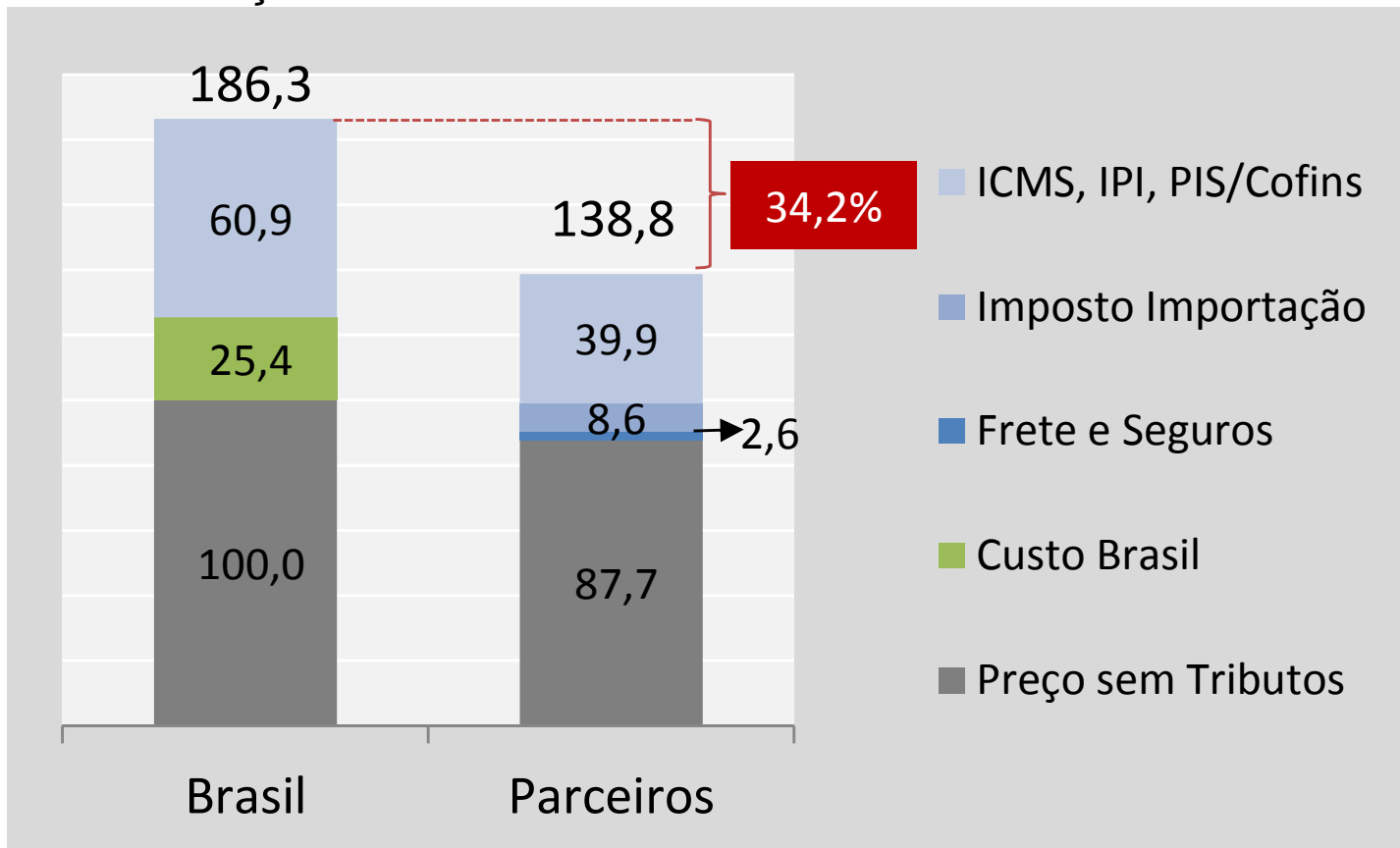
Considerou-se os quinze países que respondem por 76% da pauta de importação brasileira de bens industrializados em 2012.

1 Alemanha; Argentina; Canadá; Chile; China; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Índia; Itália; Japão; México; Reino Unido e Suíça.

2 Alemanha; Canadá; Coreia do Sul; Espanha; EUA; França; Itália; Japão; Reino Unido e Suíça.

3 Argentina; Chile; China; Índia e México.

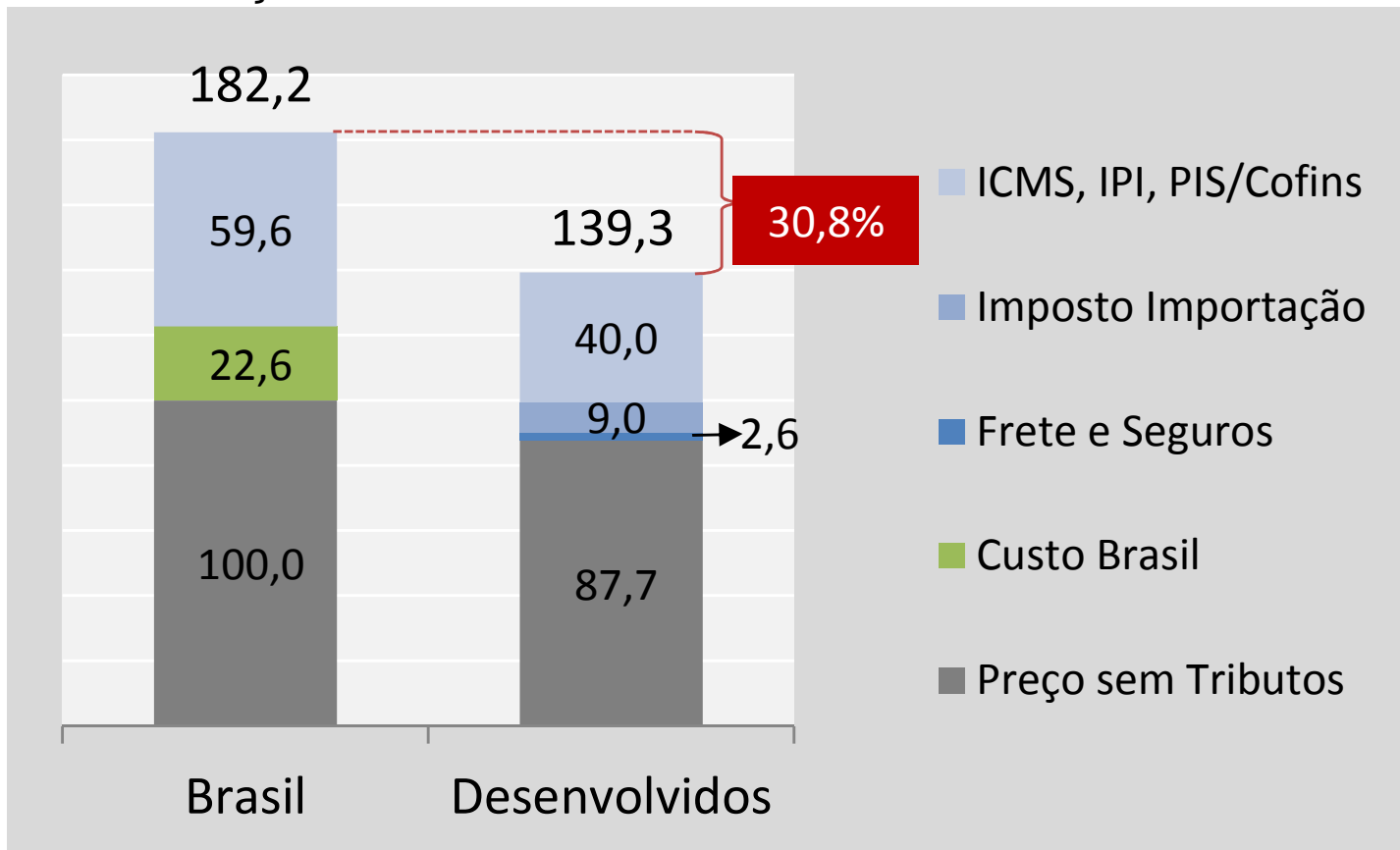
Diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante **PARCEIROS**



Fonte: DECOMTEC/FIESP.

Obs.: Cálculo dos tributos indiretos no preço do produto nacional considerando a venda da mercadoria para uso e consumo do destinatário ou para integrar ao ativo e sistema não-cumulativo de PIS/Pasep e Cofins.

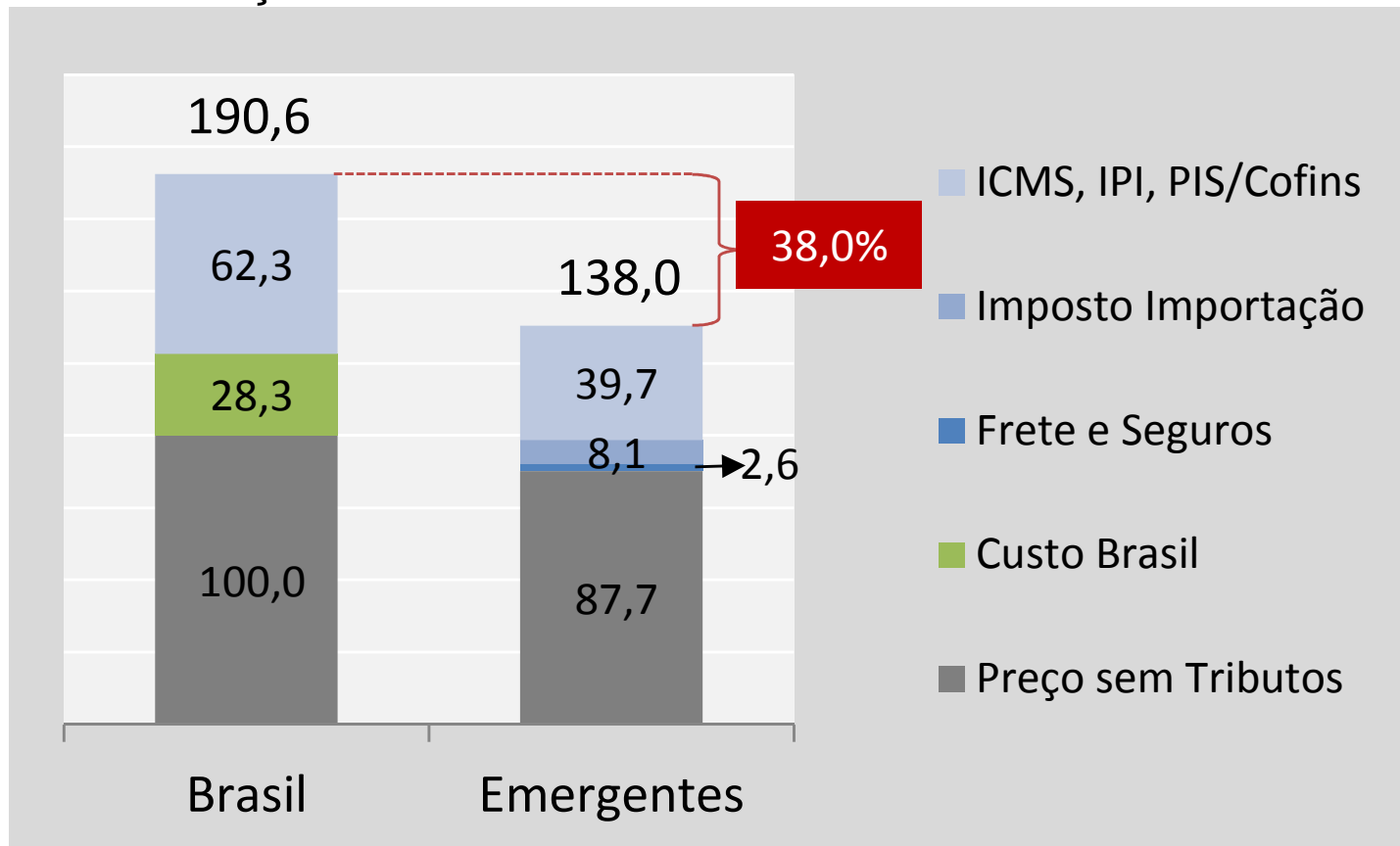
Diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante **DESENVOLVIDOS**



Fonte: DECOMTEC/FIESP.

Obs.: Cálculo dos tributos indiretos no preço do produto nacional considerando a venda da mercadoria para uso e consumo do destinatário ou para integrar ao ativo e sistema não-cumulativo de PIS/Pasep e Cofins.

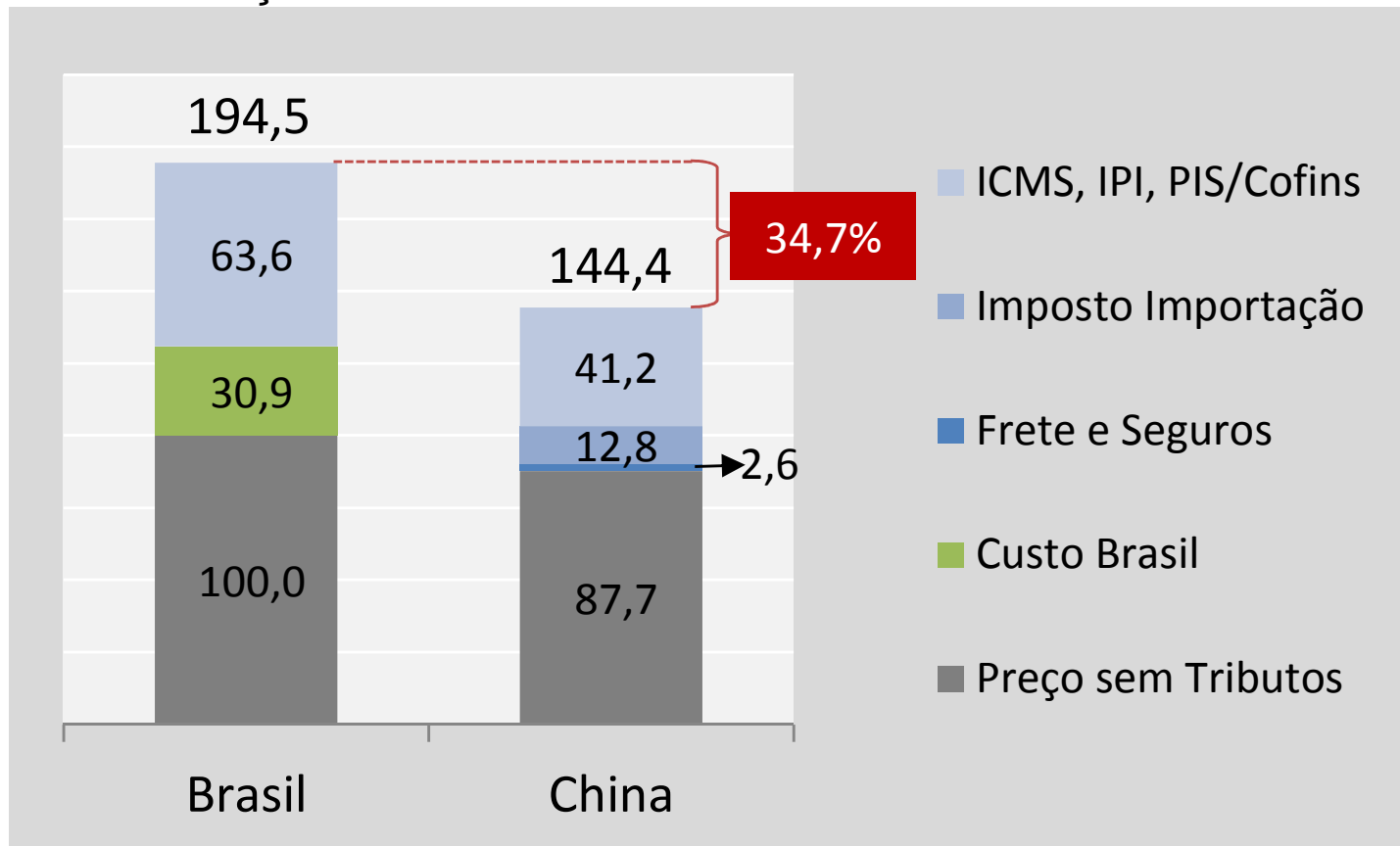
Diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante **EMERGENTES**



Fonte: DECOMTEC/FIESP.

Obs.: Cálculo dos tributos indiretos no preço do produto nacional considerando a venda da mercadoria para uso e consumo do destinatário ou para integrar ao ativo e sistema não-cumulativo de PIS/Pasep e Cofins.

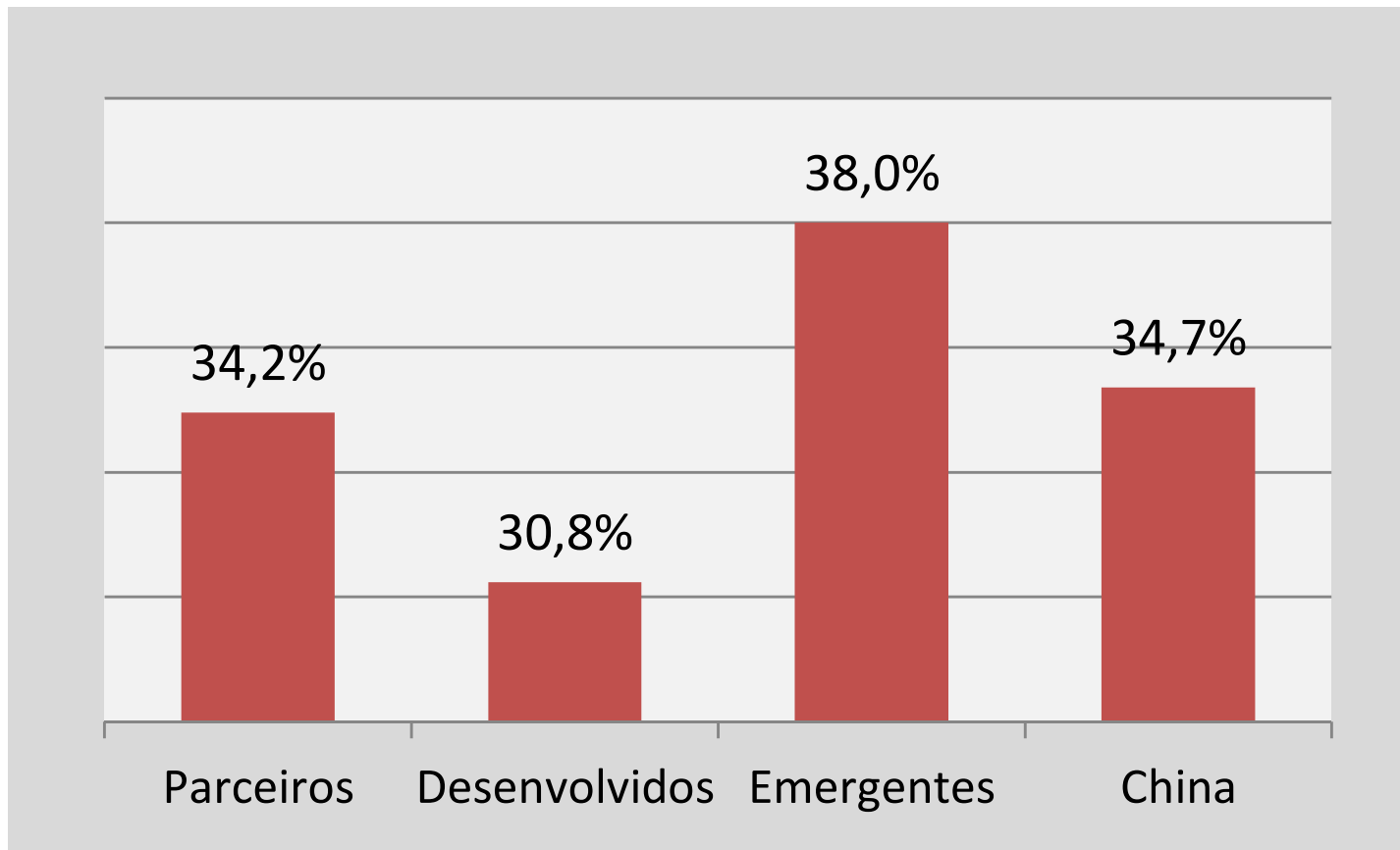
Diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante **CHINA**



Fonte: DECOMTEC/FIESP.

Obs.: Cálculo dos tributos indiretos no preço do produto nacional considerando a venda da mercadoria para uso e consumo do destinatário ou para integrar ao ativo e sistema não-cumulativo de PIS/Pasep e Cofins.

Diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante importados, por grupo de países



Fonte: DECOMTEC/FIESP.

Diferencial de preços no mercado interno: nacional e importado

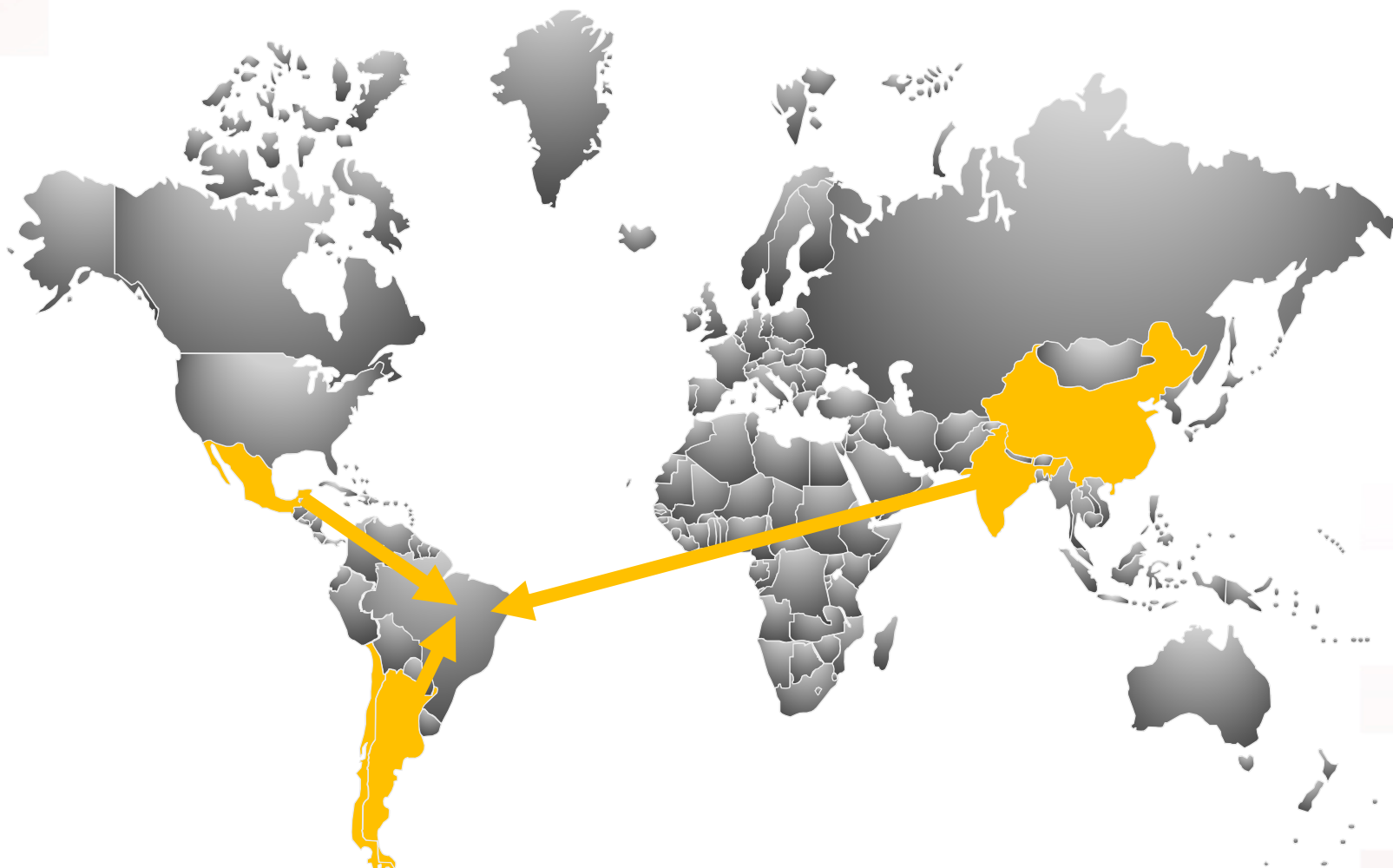
Parceiros = 34,2%



Desenvolvidos = 30,8%



Emergentes = 38,0%



Diferencial de preços no mercado interno: nacional e importado

China = 34,7%



- Deve ser ressaltado que os valores para diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante importados refletem unicamente:
 - Custo Brasil;
 - Desvio da taxa de câmbio do real ante o dólar;
 - Tributos indiretos brasileiros, incidentes na produção local e importação;
 - Imposto de importação, fretes e seguros.

- Portanto, os resultados do estudo não consideram diversas distorções efetivamente presentes nos preços de produtos estrangeiros vendidos no Brasil, cujos efeitos são sabidamente significativos:
 - Subsídios e outras medidas de incentivo à produção e exportação dos países de origem;
 - Desvio da taxa de câmbio dos países de origem das importações (por exemplo, o câmbio da China é desvalorizado em 43% e o do México, em 38%, segundo o índice Big Mac);
 - Incentivos ilegais concedidos por estados brasileiros, redutores da tributação para importados (Guerra dos Portos).

- 1 Contexto economia brasileira e indústria
- 2 Objetivo
- 3 Premissas Metodológicas
- 4 Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
- 5 Taxa de Câmbio
- 6 Diferencial de preços no mercado interno: nacional e importado
- 7 Considerações finais**
- 8 Anexo metodológico

- O trabalho apresenta quantificação do diferencial de preços internos de produtos da indústria de transformação brasileira ante importados, decorrente do Custo Brasil e da valorização do real.
- Os resultados indicam que **o Custo Brasil é bastante significativo** na determinação do preço dos produtos industriais, constituindo-se no principal fator determinante da perda de competitividade da indústria de transformação.
- Além do Custo Brasil, **a valorização do real** contribui para esse quadro de perda de competitividade.
- As alíquotas do imposto de importação **são insuficientes** para eliminar a desvantagem competitiva da indústria de transformação brasileira decorrente dos dois fatores em questão.
- O **Custo Brasil** e a **valorização cambial** explicam o **fraco desempenho da indústria de transformação**, repercutindo em baixo nível de investimento e crescimento do PIB, muito aquém do necessário para o desenvolvimento da nação.
- Tanto a eliminação do Custo Brasil como a desvalorização cambial são **condições fundamentais** e não excludentes para a **retomada da competitividade** da indústria de transformação brasileira.
- A análise comprova que as deficiências do ambiente de negócios não podem ser compensadas por melhorias nas estratégias empresariais.
- A eliminação ou redução do Custo Brasil **pressupõe políticas de Estado**

- 1 Contexto economia brasileira e indústria
- 2 Objetivo
- 3 Premissas Metodológicas
- 4 Diferencial de preços e Custo Brasil por fator do ambiente de negócios
- 5 Taxa de Câmbio
- 6 Diferencial de preços no mercado interno: nacional e importado
- 7 Considerações finais
- 8 Anexo metodológico**

Estudos da FIESP utilizados no trabalho:

- A Carga Tributária no Brasil: Repercussões na Indústria de Transformação.
- Juros em Cascata sobre Capital de Giro.
- Carga Extra na Indústria Brasileira, Parte 1 – Custos do Sistema Tributário.
- Carga Extra na Indústria Brasileira, Parte 2 – Custos com Logística.
- Carga Extra na Indústria Brasileira, Parte 3 – Custos de Custos extras de serviços a funcionários devido a deficiências dos serviços público.
- Incidência de tributos nas exportações brasileiras.